

MESTRADO EM LINGUÍSTICA

A preposição *PARA*
e as Subordinadas Infinitivas
Completivas, Relativas
Infinitivas e Adverbiais Finais
– contrastes –

**Ana Maria Oliveira
Magalhães**

M

2016



Ana Maria Oliveira Magalhães

A preposição *PARA*
e as Subordinadas Infinitivas
Completivas, Relativas Infinitivas e Adverbiais Finais
— contrastes —

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Linguística orientada pela Professora
Doutora Ana Maria Brito

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2016

A preposição *PARA* e as Subordinadas Infinitivas
Completivas, Relativas Infinitivas e Adverbiais Finais
– contrastes –

Ana Maria Oliveira Magalhães

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Linguística, orientada pela Professora
Doutora Ana Maria Brito

Membros do Júri

Professora Doutora Ana Maria Brito
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Ana Lúcia Santos
Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa

Professor Doutor António Leal
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Índice de quadros.....	vi
Introdução.....	1
1. Capítulo 1 – A preposição <i>para</i> com foco em frases simples.....	7
1.1 Considerações iniciais.....	7
1.2 Breve perspectiva histórica.....	8
1.2.1 Breve perspectiva histórica das preposições em geral.....	8
1.2.2 Breve perspectiva histórica da preposição <i>para</i>	11
1.3 Valores e contextos de <i>para</i> e de outras preposições em PE.....	12
1.4 Análise comparativa do uso de <i>para</i> em frases simples em algumas variantes do Português.....	17
1.4.1. Comparação entre o Português Europeu e o Português de Moçambique.....	17
1.4.2. Comparação entre o Português Europeu e o Português do Brasil.....	21
1.5 A gramaticalização de <i>para</i>	24
1.6 Sumário.....	28
2. Capítulo 2 – A subordinação.....	31
2.1 Considerações iniciais.....	31
2.2 A Subordinação adverbial.....	33
2.2.1 A subordinação adverbial final.....	34
2.2.2 Outras subordinadas adverbiais infinitivas de <i>para</i> (concessivas, consecutivas, causais).....	39
2.3 A Subordinação adjetiva.....	42
2.3.1 As subordinadas relativas infinitivas finais de <i>para</i> + <i>infinitivo</i>	43
2.3.2 As subordinadas relativas livres de <i>para</i> + <i>infinitivo</i>	49
2.4 A Subordinação completiva.....	52

2.4.1 As subordinadas completivas infinitivas de <i>para</i> + <i>infinitivo</i>	53
2.5 Sumário.....	57
3. Capítulo 3 – Semelhanças e contrastes entre os três tipos de subordinadas de <i>para</i> + <i>infinitivo</i> analisadas.....	59
3.1 Contrastes no valor de <i>para</i> conforme as orações subordinadas que rege: <i>para</i> preposição, <i>para</i> complementador.....	59
3.2 Contrastes entre subordinadas adverbiais e subordinadas relativas e completivas.....	60
3.3 Semelhanças e contrastes entre subordinadas adverbiais finais e relativas infinitivas.....	61
3.4 Contrastes entre subordinadas completivas e subordinadas adverbiais finais e relativas infinitivas.....	69
3.5 Uso da preposição <i>para</i> em orações subordinadas completivas em algumas variantes do Português (PM e PB).....	71
3.6 Semelhanças e contrastes temporais entre os três tipos de subordinadas analisadas.....	74
3.7 Sumário.....	76
Conclusões.....	79
Referências Bibliográficas.....	85

Agradecimentos

Não posso concluir este meu projeto, sem deixar aqui os meus mais profundos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para que este momento chegasse.

Em primeiro lugar quero agradecer à Professora Doutora Ana Maria Brito, minha orientadora, o facto de me ter transmitido o gosto pela Sintaxe, o que começou a fascinar-me ainda durante a minha licenciatura, assim como todo o apoio que me prestou, não só no período da dissertação, mas também ao longo de todo o meu percurso académico. É graças à Professora Doutora Ana Maria Brito, à sua paciência, à sua crítica construtiva e ao seu incentivo constante que aqui estou hoje. Aos restantes professores que formam a equipa de docentes da licenciatura e mestrado de Linguística agradeço toda a disponibilidade que sempre mostraram para com os alunos, mas agradeço principalmente o imenso conhecimento que nos mostraram possuir nesta área da ciência e o saberem despertar em nós o prazer de procurar saber cada vez mais.

Ao meu marido, agradeço não só o incentivo que me deu, mas também o ter estado sempre atento ao evoluir do meu trabalho, aconselhando-me a estabelecer e a cumprir metas, condições tão importantes para que um trabalho deste tipo possa chegar a bom termo.

Aos meus filhos, também agradeço o incentivo que sempre me deram, mas principalmente o não me deixarem ensimesmar pela questão da idade, facto que me levava muitas vezes a questionar se este esforço valeria a pena.

À Ana Soraia Coelho, minha querida colega e amiga, agradeço a sua atitude tão positiva, o seu apoio e a sua companhia, o que ajudou a tornar este período de trabalho menos solitário.

Para finalizar, não posso deixar de agradecer também à minha colega e amiga Telma Rodrigues, não só pela companhia, mas também pelas suas deixas, em momentos de impasse, sempre muito perspicazes.

A todos os outros que me acompanharam e que de uma forma ou de outra contribuíram para este momento, o meu muito obrigada.

Resumo

É objetivo deste trabalho fazer uma descrição das principais semelhanças e diferenças entre três tipos de orações subordinadas elegidas para esta dissertação: as subordinadas infinitivas adverbiais finais, relativas infinitivas e completivas infinitivas, em construções de *para + infinitivo* em Português Europeu (PE).

Com essa finalidade, desenvolveu-se um estudo sistemático sobre as semelhanças e diferenças que existem entre os três tipos de construções referidas, assim como sobre a importância do elemento *para* nestas construções, tendo sido dedicada uma especial atenção às preposições em frases simples, com enfoque na preposição *para*, assim como às alterações que este elemento sofreu ao longo do tempo. Também se dedicou alguma atenção ao estudo do infinitivo, em especial ao estudo do infinitivo flexionado, forma esta usada em tão poucas línguas do mundo, mas tão utilizada na subordinação do PE.

A análise permitiu observar que os três tipos de construção diferem a vários níveis, tais como: a estrutura sintática; as funções que desempenham relativamente à oração matriz; a possibilidade de movimentação ou supressão da oração subordinada; as características gramaticais de *para*. Mas também permitiu chegar a uma conclusão não menos importante: em todas as construções analisadas *para* tem valor prospectivo apontando sempre para um intervalo de tempo futuro relativamente ao intervalo de tempo da oração matriz. Nas orações adverbiais infinitivas finais e relativas infinitivas *para* parece transportar um certo traço de possibilidade ou de incerteza que corresponde ao uso do conjuntivo em frases equivalentes na forma finita. Poderá dizer-se que esta preposição transmite alguma modalização ao discurso, também observável no fenómeno de paraqueísmo que está a ocorrer no Português de Moçambique.

Palavras-chave: completivas infinitivas, relativas infinitivas, adverbiais infinitivas finais, preposição *para*, gramaticalização.

Abstract

The main goal of this work is to make a description of the main similarities or differences among three types of subordination in European Portuguese (EP) elected for this dissertation – the subordination with *para* + *infinitivo* at adverbial clauses, relative clauses and completive clauses.

It was possible to note that the constructions *para* + *infinitivo* have been studied for a long time. However, the available analysis of the comparison of the properties of those constructions as well as the features of *para*, not only as preposition but also as an introducer element of subordinate clauses, is not always well systematized.

In order to achieve our main goal, we discuss some issues about prepositions in simple clauses, mainly the preposition *para*. We also devoted some attention to the study of the infinitive mode, especially the inflected infinitive, that is used in so few languages around the world but is currently used in EP subordination.

The observations of our *corpus* allowed us to note that those constructions are very different at several levels: the syntactic structure; the functions they play at the matrix clause; the possibility of movement or suppression of the subordinate clause; the different grammatical properties of *para*. We also concluded a very important matter: the preposition *para* has a prospective value that signals a future interval in relation with the tense interval of the main clause. In subordinate adverbial final clauses and infinitival relative clauses, *para* seems to have a certain modal feature of possibility that corresponds to the subjunctive in finite clauses. Therefore, it can be an element of speech modalization that is visible in “paraqueism” frequent in Mozambique Portuguese.

Keywords: the completive infinitive clause, the relative infinitive clause, the adverbial purpose clause, *para* preposition, grammaticalization.

Índice de Quadros

Figura 1 – Estrutura simplificada de uma oração subordinada relativa descritiva.....	44
Figura 2 – Estrutura de uma oração adverbial final (<i>para + infinitivo / para que + forma finita</i>).....	68
Figura 3 – Estrutura de uma oração adverbial final introduzida por <i>para que</i>	68
Figura 4 – Estrutura simplificada de uma oração subordinada relativa infinitiva.....	69
Figura 5 – Estrutura simplificada de uma oração subordinada completiva.....	71
Figura 6 – Estrutura de um SComp como complemento de preposições ou advérbios.....	73
Figura 7 – Estrutura de um complementador complexo.....	73

Introdução

O interesse pelas orações subordinadas acompanhou-me desde os primeiros contactos com esta parte da gramática do Português, ainda na licenciatura, talvez por ser uma área onde eu sentia alguma dificuldade. À medida que fui avançando no conhecimento destas frases complexas fui-me apercebendo das semelhanças e diferenças que existiam entre elas, tendo ficado especialmente interessada pelas orações subordinadas com verbos no infinitivo e introduzidas pelo palavra *para*. Pelo que foi dado observar, as construções do tipo *para + infinitivo* têm vindo a ser objeto de estudo desde há muito tempo, não me parecendo, no entanto, ser um campo em que a análise comparativa das características e comportamentos das construções acima designadas, assim como das funcionalidades da preposição *para*, enquanto elemento introdutor daquelas orações subordinadas, esteja bem sistematizada.

Assim, este trabalho irá assentar essencialmente em três tipos de orações subordinadas infinitivas – as orações subordinadas adverbiais finais, as relativas infinitivas e as completivas, introduzidas por *para*.

Ao analisar estas orações, foram-se levantando algumas questões a que se achou interessante tentar responder:

(i) Que relações existem entre a preposição *para* em orações simples e *para* em orações subordinadas?

(ii) Haverá semelhanças no comportamento sintático dos três tipos de orações subordinadas de *para + infinitivo* selecionadas para este trabalho? Desempenharão estas orações as mesmas funções sintáticas relativamente à oração matriz? Tratando-se de casos de subordinação, serão as suas estruturas semelhantes ou diferentes?

(iii) No caso das orações completivas de *para* haverá restrições no tipo de verbos que as selecionam?

(iv) Haverá traços comuns que justificam a escolha do item *para* nestes três tipos de orações subordinadas?

As preposições destacam-se no Português por estabelecerem relações entre dois termos (o antecedente e o conseqüente), relações estas que, como se verá mais adiante, e em

particular para a preposição *para*, tanto podem indicar um movimento, uma situação, um sentido nocional ou funcionar como introdutor de orações subordinadas e até como complementador em orações subordinadas completivas.

As preposições já eram usadas no Latim simultaneamente com os casos, uma vez que permitiam muito maior flexibilidade do que os casos nas ligações que estabeleciam, acabando mesmo por substituí-los quase completamente nas línguas românicas. Para Pottier (1962), as preposições e os casos estão intimamente ligados, uma vez que, se um caso possui um determinado valor semântico, por exemplo afastamento, também as preposições que o substituíram serão portadores de um significado idêntico. Said Ali (1971) refere que as preposições vieram acrescentar noções específicas aos nomes, adjetivos e pronomes a que se associaram conseguindo uma maior clareza do que aquela que era possível com os casos no Latim, tendo, por isso, uma enorme importância na atribuição do papel temático do nome, adjetivo ou pronome que complementam.

De todas as preposições, aquela que maior preponderância terá enquanto elemento de ligação de orações subordinadas infinitivas será a preposição *para*, cuja origem terá sido a preposição latina *por*, preposição esta que podia denotar vários valores, tais como finalidade, intenção, causa, etc. pelo que mais tarde, por questões de ambiguidade, a preposição *por* com sentido de finalidade acabou por vir a ser substituída pela preposição *para* (*pero* + *ad* ou *por* + *ad*).

A característica de maior evidência das preposições é o facto de serem palavras invariáveis e dependentes. Para Kleppa (2005, *apud* Vieira 2009), quanto mais esvaziado for o conteúdo semântico de uma preposição mais dependente fica do valor semântico do elemento a que se associa, podendo por isso ocorrer em variados contextos, em geral mais gramaticalizados. A preposição *para*, por exemplo, pode referir movimento espacial, um movimento temporal ou pode ter um sentido nocional. O elemento *para* pode apresentar valores diversos, desde uma simples preposição, pode ser núcleo de um sintagma preposicional (SPrep) com valores semânticos distintos (beneficiário, meta) em orações simples ou pode introduzir orações subordinadas de vários tipos (adverbiais finais, relativas) ou ainda, na sua forma mais gramaticalizada, ser complementador em orações completivas.

As preposições nem sempre têm os mesmos valores em variantes distintas do Português, conforme nos foi possível observar em alguns estudos elaborados no Português de Moçambique (PM) e no Português do Brasil (PB). Este tema será melhor detalhado adiante no desenvolvimento do trabalho.

Sobre o Infinitivo, poder-se-á começar por dizer que é uma forma verbal defetiva no plano morfológico e que, assim como os restantes tempos verbais, possui uma forma composta “*ter contado*” e voz passiva “*ser contado*”. A forma do Infinitivo Simples ou Impessoal é desprovida de desinências de tempo, número e pessoa, incapacitando o estabelecimento de relações de concordância com o sujeito e obrigando ao aparecimento de configurações estruturais que complementem a informação em falta, o que vem justificar o seu aparecimento padrão em orações dependentes de outras orações. Estas orações, designadas subordinantes ou matriz, permitem dar ao infinitivo uma interpretação temporal e referenciar o seu sujeito, pois, para uma mesma oração infinitiva pode haver mais que um sujeito tácito, como se poderá observar no exemplo a seguir onde o sujeito de *deixar de fumar* é um pronome nulo em (1a), é controlado por “*o João e a Maria*” em (1b) ou é um sujeito genérico, pelo menos numa interpretação, como se pode observar em (1c). Para Cunha e Cintra (2005) o Infinitivo é uma forma nominal caracterizado por não poder exprimir, por si só, nem o tempo nem o modo (2). Quer isto dizer que o seu valor temporal e modal está sempre dependente do contexto em que aparece.

(1a) Deixar de fumar! (aceitável como frase imperativa)

(1b) O João e a Maria desejam deixar de fumar.

(1c) É aconselhável deixarem de fumar.

(2) *Aprovar a proposta. (não aceitável como frase declarativa não marcada)

As orações com verbos no infinitivo flexionado, uma vez que aceitam sujeitos lexicais (3b), serão sintaticamente semelhantes às orações finitas, estas geralmente com o verbo no modo conjuntivo¹ e introduzidas pelo complementador *que* (3a), enquanto as orações com o

¹ Neste trabalho sempre que se refere o modo conjuntivo considera-se que este modo é portador de um traço de incerteza, eventualidade ou dúvida, não se tendo entrado em linha de conta com a controvérsia à volta do facto de por vezes este modo aparecer em contextos em que o modo indicativo é o modo esperado (*A Ana lamenta que estejas doente*) (Oliveira, F. 2003: 258).

infinitivo simples, cujo sujeito é sempre correferencial com um argumento da oração matriz (4) serão bem distintas daquelas. No entanto, as duas formas infinitivas assemelham-se, diferindo das formas finitas, uma vez que nenhuma das formas infinitivas pode ocorrer como uma oração matriz (5a), com o complementador *que* (5b) ou, como se viu atrás, como orações independentes (6) (Raposo, 1987: 86). Há, no entanto, alguns casos particulares em que o infinitivo pode aparecer em orações independentes sem que a ausência de uma oração matriz impeça a sua interpretação (7, 8, 9).

(3a) Eles pediram para que as amigas também fossem.

(3b) Eles pediram para as amigas também irem.

(4) O João e a Maria desejam deixar de fumar.

(5a) * Eles pedir(em) para irmos com eles.

(5b) * Eles pediram para que ir(mos) com eles.

(6) * Nós gostar de café.

(7) Comprarmos um carro novo? Nem pensar!

(8) Vencer ou morrer!

(9) Andar, andar!

Pode resumir-se afirmando que o Infinitivo Flexionado partilha propriedades tanto com as formas finitas dos verbos como com a forma do Infinitivo Simples (Martins, 2001: 207). Com as primeiras partilha a concordância com o sujeito; com a segunda a rejeição do complementador *que* e a dependência de uma oração matriz uma vez que o infinitivo não apresenta por si só marcas morfológicas de temporalidade, dependendo a sua interpretação temporal da informação da oração matriz.

Nesse sentido, as construções de infinitivo serão orações plenas que podem surgir em todo o tipo de orações subordinadas – completivas, relativas e adverbiais e que serão objeto de uma análise mais detalhada nos capítulos seguintes.

Sendo o Infinitivo Flexionado tão raro nas línguas de todo o mundo, poderá questionar-se o porquê de um uso tão comum na língua portuguesa. A sua origem tem sido objeto de estudos e debates por vários linguistas, não havendo ainda um consenso quanto a essa origem, havendo duas hipóteses controversas (Pires, 2002: 144): o Infinitivo Flexionado tanto poderá ter tido origem na forma do Infinitivo Simples como na forma do Pretérito Imperfeito do

Conjuntivo (Martins, 2001). Há ainda outros autores que consideram o Infinitivo Flexionado uma “confusão” entre as formas do Futuro do Conjuntivo e o Infinitivo Simples.

Partindo-se, assim, de um estudo sobre as preposições e sobre subordinação, elaborou-se este trabalho sobre orações subordinadas infinitivas introduzidas pela preposição *para* e que irá apresentar a seguinte organização:

- a introdução, onde se apresentam as principais questões que deram origem ao desenvolvimento deste trabalho e onde se descreve a metodologia adotada;
- um primeiro capítulo, que se centra no estudo das preposições em geral, com incidência na preposição *para*, primeiro de um ponto de vista diacrónico e depois numa perspetiva de utilização;
- o segundo capítulo, que irá incidir sobre a subordinação, caracterizando-se essencialmente os três tipos de orações subordinadas infinitivas atrás referidas, assim como a estrutura *para + infinitivo*;
- no terceiro capítulo será feita uma abordagem sistemática das principais semelhanças e dos principais contrastes entre os três tipos de subordinadas analisadas;
- termina-se o trabalho com algumas conclusões, onde se espera conseguir sintetizar toda a análise elaborada, responder às questões inicialmente colocadas e realçar os principais contrastes encontrados entre os três tipos de orações selecionadas.

O tema desta dissertação está suportado essencialmente pelo estudo de gramáticas, com enfoque nas gramáticas da língua portuguesa, recorrendo-se também a uma extensa lista de bibliografia, alguma aconselhada pela orientadora, outra que foi sendo encontrada ao longo da pesquisa que foi feita para este trabalho.

A análise foi feita com recurso a um *corpus* constituído por quatro fontes distintas: na sua maioria, este *corpus* é constituído por exemplos que foram tirados dos autores que foram sendo lidos ao longo do trabalho, sendo sempre assinalado a seguir ao exemplo a fonte de onde foi retirado (autor, ano e página). Outra grande parte dos exemplos apresentados são da minha autoria, enquanto falante do Português língua materna (L1), outros ainda, em menor número, foram retirados da Linguatca / CetemPúblico, com o endereço eletrónico

<http://www.linguateca.pt/cetempublico/>. Também estes exemplos foram assinalados com a referência original que consta neste repositório de dados e, por fim, os exemplos em Latim, que foram seleccionados da disciplina de Latim lecionada na Faculdade de Letras.

Capítulo 1 – A preposição *para* com foco em frases simples

1.1 Considerações iniciais

Das palavras relacionais existentes em Português, destacam-se as preposições, que são palavras invariáveis e sem independência, que se juntam a substantivos, adjetivos ou advérbios para marcar as relações gramaticais (sintáticas e semânticas) que estes grupos de palavras desempenham (Bechara, 1999: 296). Considera-se tradicionalmente que as preposições relacionam dois termos, de modo a que o primeiro termo, o antecedente, seja explicado ou completado pelo segundo, o conseqüente. Esta relação entre o antecedente e o conseqüente pode indicar diferentes valores semânticos (Cunha e Cintra, 2005: 558-573).

- (1) Vou a Roma. (Cunha e Cintra, 2005: 552)
- (2) Foi viver para França.
- (3) Concorde com você. (Cunha e Cintra, 2005: 552)

De todos os elementos que podem estabelecer relações entre dois termos será a preposição *para* aquela que maior predomínio tem enquanto elemento de ligação de orações subordinadas infinitivas.

- (4) Fui à janela para ver que barulheira era aquela.
- (5) Mandeí o teu fato para lavar a seco.
- (6) Disse à Joana para ter cuidado com a condução.

Uma vez que o âmbito deste trabalho é essencialmente o estudo das orações subordinadas infinitivas introduzidas pelo elemento *para* será sobre este elemento que irá incidir o desenvolvimento deste capítulo, apesar de existirem outras preposições e locuções mais ou menos gramaticalizadas que também podem atuar como nexos de ligação (Hernanz, 1999: 2313).

1.2 Breve perspectiva histórica

1.2.1 Breve perspectiva histórica das preposições em geral

As preposições eram, já no Latim, usadas simultaneamente com os casos, uma vez que permitiam o estabelecimento de relações entre dois termos nominais, muito mais variadas do que aquelas que era possível estabelecer através dos seis casos existentes naquela língua. Com as modificações fonéticas e morfológicas entretanto ocorridas na língua, as funções sintáticas que eram marcadas pelas desinências casuais foram-se tornando cada vez mais imprecisas, obrigando ao uso de preposições que viessem melhorar o entendimento do que se pretendia comunicar.

- (7) Filiam dominae habemus.
a filha- acusativo da senhora- genitivo temos
(temos a filha da senhora)
- (8) Uir epistulam puellae scribit.
o homem- nominativo uma carta- acusativo à rapariga- ablativo escreve
(o homem escreve uma carta à rapariga)
- (9) Iniurias fortunae patientia superamus.
as injustiças- acusativo da sorte- genitivo com paciência- ablativo superamos
(superamos as injustiças da sorte com paciência)
- (10) Mei amici nobiscum in villa veniunt.
os meus amigos- nominativo conosco- ablativo para a quinta- acusativo vêm
(os meus amigos vêm para a quinta conosco)
- (11) Non ad nos veniunt.
não para junto de nós- acusativo vêm
(não vêm para junto de nós)

O falante necessitava de novos recursos para dar mais clareza à informação que pretendia transmitir, já que, com aquelas modificações, encontrava dificuldade em expressar algumas circunstâncias tais como a origem, o instrumento, etc., e para as quais os casos não davam resposta satisfatória. Dessa forma, foi surgindo no Latim Vulgar um número cada vez maior de preposições, configurando-se estas como um elemento necessário ao estabelecimento de determinados conteúdos semânticos, que foram sendo esvaziados dos casos (Oliveira D, 2010: 3). Assim, a precisão verbal que era transmitida pelas preposições

foi completando a informação pouco precisa dada pelas desinências casuais, acabando mesmo por substituí-las quase totalmente nas línguas românicas.

No entanto, para Pottier (1962), estas duas categorias (as desinências casuais e as preposições) estão intimamente ligadas mesmo que funcionalmente apresentem diferenças sensíveis. Para este autor, o que importa são as relações que se estabelecem entre alguns casos e algumas preposições, podendo-se mesmo estabelecer uma regra: nas línguas românicas modernas a preposição que representa afastamento associa-se ao ablativo, enquanto a preposição que representa aproximação se associa ao acusativo.

- (12) Mecum in scholam uenis.
comigo para a escola- acusativo vens
(vens para a escola comigo)
- (13) Equi ad villam aduenerunt.
os cavalos- nominativo à quinta- acusativo chegaram
(os cavalos chegaram à quinta)
- (14) Uiri eam uiderunt apud fluvium.
os homens- nominativo viram-nas junto do rio- acusativo
(os homens viram-na junto do rio)
- (15) Multos obsides ab atheniensibus quotannis flagitabat.
muitos reféns- acusativo deAtenas- ablativo todos os anos exigia
(todos os anos exigia muitos reféns de Atenas)
- (16) Ad portam facile peruenit atque e labyrintho euasit.
à porta- acusativo com facilidade chegou e do labirinto- ablativo
se evadiu
(com facilidade chegou à porta e se evadiu do labirinto)
- (17) Pastores in montes oues agebant.
os pastores- nominativo para os montes- acusativo as ovelhas- acusativo conduziam
(os pastores conduziam as ovelhas para os montes)

Poder-se-á, assim, concluir que, se um caso possui uma carga semântica porque pode representar afastamento, posse, etc., também as preposições que os substituíram (por exemplo *de*) serão portadoras de significado, devendo por isso ser consideradas palavras plenas e não vazias como muitos autores as consideram (Fernandes, 1986: 16).

Conforme Said Ali (1971: 203), as preposições latinas tiveram primitivamente a função de advérbio. Mas enquanto os advérbios se associam a verbos, a adjetivos ou a outros advérbios para os modificar, as preposições juntaram-se a nomes, adjetivos e pronomes ou até a infinitivos na forma dita nominal, para lhes acrescentar noções específicas. Estes elementos, para além de assumirem um lugar importante na atribuição do papel temático do seu complemento, também têm grande importância na atribuição de caso, pelo que é possível distinguir três tipos de preposições e locuções prepositivas (cf. Brito 2003a: 398-402):

- i) as que marcam tematicamente os seus complementos juntamente com outros predicadores (verbos preposicionados como *vir de*, *ir a*, *colocar em*, com papel temático de fonte, meta e locativo/meta respetivamente, em que o verbo e a preposição marcam conjuntamente o papel temático do argumento);
- ii) as que são verdadeiros itens predicativos e que por si só marcam tematicamente os seus argumentos (preposições núcleos de SPreps que constituem o predicativo do sujeito, como em *estar em Dili*, *ficar de cama*, *estar com febre*, *estar de partida*, etc. O mesmo verbo pode vir seguido de predicados diversificados e de preposições diferentes, o que mostra o papel determinante das preposições na interpretação desses predicados);
- iii) as que têm um papel secundário na atribuição temática e são essencialmente atribuidoras de caso como em *dar à Maria* – Maria tem papel de meta ou beneficiário enquanto em *comprar à Maria*, Maria tem papel de meta ou de fonte. É o verbo que atribui os papéis temáticos uma vez que estes papéis se mantêm com ou sem a preposição presente *dei-lhe* ou *comprei-lhe* – forma de dativo. O mesmo se poderá observar com a preposição *de* em expressões do tipo *o pai da Ana*, *a destruição da cidade*, *o livro de Geografia* com papéis temáticos distintos, mas com marcas evidentes de genitivo (Brito, 2003a: 398-402).

Algumas preposições passaram do Latim ao Português sem alteração (*ante*, *contra*, *de*, *per*, *por*) enquanto outras sofreram alterações (*ad* → *a*; *post* → *pos*; *cum* → *com*, ...).

1.2.2 Breve Perspetiva histórica da preposição *para*

Conforme Said Ali (1971: 215 a 217), uma das origens da preposição *para* foi a preposição *por* (do Latim *pro*) confundindo-se muitas vezes o sentido das duas partículas. *Por*, podia designar causa (18), fim ou intenção (19), em favor de (20) ou em lugar de (21). Hoje a preposição *por* continua em Português a ser usada para denotar vários valores, sendo o mais importante o de causa/agente (22), tendo perdido completamente o valor de efeito a atingir. Com este valor de finalidade, e de modo a evitar ambiguidades que às vezes nem pelo contexto se conseguiam resolver, a preposição *por* acabou por ser definitivamente substituída pelo emprego da preposição *para* (23).

(18) Deu muitas graças a Deos, que por sua grande misericórdia, o quisera guardar.

(Said Ali, 1971: 216)

(19) E por saberem o ermo em que logar eram, traziam dous tradutores. (idem: 216)

(20) De nove desembargadores que eram teve Sua Alteza 4 por si. (idem: 215)

(21) Na cabeça por gorra tinha posta ua mui grande casca de lagosta. (idem: 215)

(22) Faço-o por ti, por mais ninguém.

(23) Tricotei esta camisola para ti.

Pera, forma arcaica de *para* e originada de *per* + *ad* ou mais provavelmente de *pro* + *ad* foi usada em todo o Português Antigo até ao inícios do século XVII acabando por ser substituída por *para* com o valor de destino ou de ‘lugar para onde’ e “rivalizando” por vezes com a preposição *a*. Confronte-se os exemplos (24) e (25). Já noutros casos as duas preposições podem ocorrer (26, 27), mas como se verá mais adiante, com valores diferentes, como a duração da ação ou o momento da sua realização.

(24) Ele partiu para África.

(25) O prisioneiro correu para o bosque.

(26) O Mário foi para a faculdade estudar.

(27) O Mário foi a Madrid ver o jogo.

Também a estrutura *para* + *infinitivo* terá tido como origem e segundo Mattos e Silva (1989), a estrutura *pera* + *infinitivo*, estrutura esta mais recorrente do que a sua variante sintática *para que* + *forma finita*, que só era usada no Português Arcaico com o sentido de finalidade (Sartin, 2008: 29 e ss).

Como se poderá perceber por esta breve exposição, cada preposição tem o seu significado unitário primário que se pode desdobrar noutros significados conforme o contexto linguístico (Bechara, 1999: 298). Será sobre os valores e os contextos que a preposição *para* pode assumir que se debruça a análise do ponto seguinte, muito embora outras preposições também possam vir a ser consideradas.

1.3 Valores e contextos de *para* e de outras preposições em PE

Apesar de serem vários os autores que se dedicaram ao estudo das preposições, estas não têm tido, em geral, o tratamento mais conveniente nas gramáticas, uma vez que as descrições aí encontradas são fragmentadas (Vieira, 2009: 425).

As preposições apresentam uma grande variedade de sentidos em contextos diversos, sendo aplicáveis aos campos espacial, temporal e nocional. No entanto, é possível definir-lhes um significado fundamental que marca essencialmente um movimento ou uma situação resultante (Vieira, 2009: 425). As preposições *a*, *em* e *para*, por exemplo, tanto podem significar um movimento (28, 29, 30) quando associadas a verbos como *ir* e *andar*, como uma situação (31, 32, 33):

i) o sentido de movimento expressa a aproximação de um limite (28) e (29) ou tendência para uma posição de contacto ou de interioridade (30);

(28) O João vai a Roma.

(29) O João vai para Lisboa.

(30) O João anda em viagem.

ii) o sentido de situação expressa coincidência, concomitância (31), posição no interior, dentro de limites (32) e finalidade, direção (33).

(31) O João está à janela.

(32) O João vive em França.

(33) O João olhou para mim.

Para Kleppa (*apud* Vieira, 2009: 426), quanto mais esvaziado for o conteúdo semântico de uma preposição, mais dependente ela se torna do valor do termo que a seleciona, ou seja, ela poderá ocorrer em vários contextos sintáticos já que o seu valor semântico não é restrito ou específico, manifestando-se a partir da combinação com outros termos. Há preposições que têm um valor semântico mais transparente, preservando o seu conteúdo semântico (*até, contra, desde, entre, sem, sob*) e outras que têm um valor semântico opaco e que são em geral mais gramaticalizadas (*a, com, de, em, para, por*).

Para Bechara (1999: 317) a preposição *para* pode denotar a relação com a pessoa ou coisa em proveito ou prejuízo de quem uma ação é praticada (34), a pessoa a quem se atribui uma opinião (35), um destino de deslocação (36), um fim (37), um movimento ou direção com demora (38), um lugar com alguma indefinição (39), um tempo (40).

(34) Aborrece-nos o absolutismo nos outros porque o cobizamos para nós mesmos.

(Bechara, 1999: 317)

(35) O pedir, para quem não tem vergonha, é menos penoso que trabalhar. (idem)

(36) O António foi para Lisboa.

(37) Comprei laranjas para o Luís.

(38) Fui de férias para a Antártida.

(39) Ele está agora a viver lá para o Norte. (Bechara 1999: 317)

(40) Faz para o ano um século que isso aconteceu. (idem)

Outra característica da preposição *para* é a sua semelhança com a preposição *a*, semelhança esta assinalada por vários gramáticos, que consideram que estas duas preposições denotam destino e movimento em direção a um lugar. No entanto, enquanto a preposição *a* indica efemeridade (41), a preposição *para* indica demora (42) (Silva, 2005: 20 e ss).

(41) Nas férias vou a Moçambique.

(42) O Diogo foi para Moçambique.

Silva (2005: 21) refere que a preposição *a* também pode significar o lugar onde (43). A preposição *para* denota ponto de chegada em (44) ou movimento em direção a em (45).

(43) A rapariga está à janela.

- (44) Ele foi para a varanda.
(45) Ela inclinou-se para a direita.

Estas duas preposições também podem indicar um espaço temporal, podendo ter, no entanto, significados distintos. A preposição *para* tanto pode ser usada para indicar um tempo preciso (46) como um tempo aproximado (47) enquanto a preposição *a* indica sempre um tempo preciso (48, 49).

- (46) Marquei a partida para 15 de agosto.
(47) Chego lá para as 18 horas.
(48) Chego às 18 horas.
(49) O acidente ocorreu a 12 de dezembro.

Do mesmo modo, também com a indicação de um local, estas duas preposições distinguem-se pela maior ou menor precisão na localização: localização vaga (50) ou localização precisa (51)

- (50) A igreja fica lá para cima.
(51) A praia fica a um quilómetro.

A preposição *para*, para além dos significados já referidos de movimento espacial (52) e temporal (53) também pode ser usada com sentido nocional, isto é, o estado ou condição do sujeito durante a ação verbal (54) (Fernandes, 1986: 97).

- (52) Eles mudaram-se para uma casa nova. (Fernandes, 1986: 97)
(53) Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje. (idem: 100)
(54) Ele chamou a minha atenção para o mau tempo que fazia lá fora. (idem: 102)

Também em Cunha e Cintra (2005: 567) se refere que a preposição *para* tem normalmente um valor espacial direcional com um traço mais durativo que a preposição *a*. Compara-se (55) com (56):

- (55) Fui a Lisboa.
(56) Fui para Lisboa.

Raposo e Xavier (2013: 1553) afirmam que, para além do valor espacial direcional já referido, *para* também pode introduzir constituintes com outros valores como localização

temporal de uma situação num intervalo futuro relativamente ao momento de enunciação (57), de finalidade (58) ou de perspectiva (59),

(57) O João vai partir para a semana.

(58) Pegou no formulário para preencher.

(59) O acidente foi assunto para conversa durante toda a tarde.

afirmando ainda que outra função importante deste elemento é introduzir constituintes com o papel temático de beneficiário – alguém que irá ganhar ou perder com o evento representado (60a). Mas repare-se que, *para o João* não é o Objeto Indireto (OI) do verbo *comprar*, não sendo possível substituir o sintagma proposicional pelo pronome clítico *lhe*, uma vez que a frase muda de sentido e *o João* deixa de ser beneficiário e passa a ter o papel temático de origem. No exemplo (60b) o sintagma preposicional iniciado por *a*, é o OI e *o João* tem o papel temático de origem. Neste exemplo o SPrep pode ser substituído pelo pronome clítico sem que a expressão mude de sentido.

(60a) Comprei este carro para o João.

(60b) Comprei este carro ao João. / Comprei-lhe este carro

A preposição também pode introduzir constituintes de finalidade (61):

(61) Para que esse negócio resulte tens de investir nele.

ou ainda introduzir orações infinitivas.

(62) O professor disse para não faltares à aula amanhã.

Também para Said Ali (1971: 217) estas duas preposições com sentidos semelhantes distinguem-se no seu comportamento junto de verbos no infinitivo que indicam um resultado ou fim a que visa a ação. Assim, quando se trata de uma ação futura emprega-se normalmente a preposição *para* (63), mas quando a ação é imediata (64a) ou já vem do passado e continua até ao momento usa-se a preposição *a* (64b):

(63) A senhora entrou na igreja para rezar.

(64a) Todos os jogadores entram em campo a correr.

(64b) O jogador entrou no campo a rezar.

Por essa razão, com o verbo *ser* e *para* se designar a noção de destino usa-se sempre a preposição *para* (65), (66) e (67),

(65) É para ver.

(66) É para fazer.

(67) É para ti.

enquanto com o verbo *estar* como auxiliar aspetual seguido de infinitivo usa-se a preposição *para* quando se pretende significar uma situação de realização futura (68) e a preposição *a* quando se pretende indicar uma ação ainda a decorrer no momento presente (69)

(68) Eles estão para casar.

(69) Ela está a fazer um gelado.

Como se tem estado a ver, o elemento *para*, em PE, pode ter diferentes valores. Pode ser uma preposição, núcleo de um sintagma preposicional com valor semântico de beneficiário (70) ou de meta/destino (71) em orações simples, pode também, na forma *para* + *infinitivo*, introduzir orações subordinadas adverbiais finais (72) e relativas (73) ou mesmo tomar o valor de complementador em orações completivas (74) (Brito, 2003b: 717), podendo mesmo afirmar-se que neste caso a preposição terá sofrido um processo de gramaticalização.

(70) Comprei uns sapatos novos para mim.

(71) Amanhã vou para Nova Iorque.

(72) Saí mais cedo para ver o jogo.

(73) Comprei uma faca para cortar pão.

(74) Disse-lhe para vir jantar.

No entanto, a variação que se verifica nos valores de *para*, assim como noutras preposições, não se esgota na variante do PE, pelo que se procedeu a uma breve análise do comportamento de algumas preposições nas variantes do PM e do PB.

1.4 Análise comparativa do uso de *para* em frases simples, em algumas variantes do Português

A utilização de preposições noutras variantes do Português nem sempre é coincidente com o uso que se faz das mesmas preposições no PE. Assim, para uma maior abrangência do estudo da preposição *para*, foi feita uma pesquisa sobre o uso das preposições no PM, tendo também sido analisado, mas com menor incidência, o uso da preposição *para* em PB.

1.4.1 Comparação entre o Português Europeu e o Português de Moçambique

Este subcapítulo irá incidir principalmente na análise das diferenças entre o PM e o PE em frases simples, não só quanto ao uso de algumas preposições, mas também quanto às alterações sintáticas relacionadas com esse uso. A análise das assimetrias verificadas em frases complexas na variante moçambicana será deixada para o capítulo sobre subordinadas.

Conforme Gonçalves (2010: 46 e ss), são várias as propriedades sintáticas que mostram alterações no PM relativamente à norma padrão do PE e de que são exemplos os pontos seguintes:

a) alterações nas propriedades de seleção categorial dos verbos: verbos intransitivos em PE passam a transitivos em PM (75):

(75) Ela nasceu dois filhos na Suazilândia. (nasceu = deu à luz) (Gonçalves, 2010: 47)

b) realização de Sintagmas Nominais (SN) como complementos selecionados por verbos agentivos que em PE são regidos por preposição (76):

(76) Até há filhos que batem os pais. (nos pais) (idem)

c) realização como SN de argumentos que em PE têm a função de OI e que são regidos pela preposição *a* e que na variante de PM ocupam a posição adjacente ao verbo, a chamada Construção de Duplo Objeto (CDO) como em (77):

(77) Chegou na sala, entregou o emissário a carta. (ao emissário) (idem: 48)

d) a tendência para associar algumas preposições (*a*, *com*, *em*) a papéis semânticos específicos. Por exemplo a preposição *a*, que em PE é usada tipicamente com argumentos [+HUM] com função de objeto indireto, pode ser interpretada com valor de beneficiário, como em (78):

(78) Pode incentivar aos criminosos a cometerem um crime. (os criminosos) (idem: 49)

ou a preposição *com* que ocorre com complementos de verbos que indicam separação e que em PE serão regidos pela preposição *de*, como em (79):

(79) As jovens recém-casadas divorciam-se com os seus esposos. (dos seus) (idem)

e a preposição *em* que ocorre frequentemente com complementos direcionais selecionados por verbos de movimento, como em (80).

(80) Na Beira saímos dia 5 (da Beira). (idem: 50)

e) mudanças no comportamento de argumentos locativos e direcionais selecionados por verbos de movimento onde o principal traço distintivo de realização sintática dos argumentos é o uso da preposição *em* + *SN* referentes a lugar, como nos exemplos (81) a (84):

(81) Em casa dele é aqui à frente. (a casa) (idem: 130)

(82) Conheci em casa dele. (a casa) (idem)

(83) Voltou em casa. (para casa) (idem)

(84) Levaram na igreja. (para a igreja) (idem)

De acordo com Gonçalves, poderão existir propriedades da gramática das línguas Bantu que, juntamente com ambiguidades do PE, podem estar na origem das mudanças que se verificam no PM. O PE e as línguas Bantu distinguem-se quanto ao sistema de marcação casual dos verbos. Enquanto no PE os verbos apenas atribuem um caso estrutural (o acusativo, ao seu argumento interno), nas línguas Bantu os verbos podem atribuir caso a dois SNs, explicando assim i) a ordem de palavras (85a), ii) a cliticização (85b) e iii) a passivização (85c). Estas diferenças podem, assim, explicar a CDO possível nestas línguas.

- (85a) Mamani a-nyik-ile n'wana pawa. (idem: 105)
 1mamã 1MS-dar-PS 1-criança pão²
 (a mamã deu pão à criança)
- (85b) Mamani a-mu-nyik-ile pawa. (idem: 106)
 1mamã 1MS-1MO-dar-PS 5-pão
 (a mamã deu-lhe pão)
- (85c) N'wana a-nyik-iw-ile pawa hi mamani. (idem: 105)
 1-criança 1MS-dar-PAS-PS 5pão por 1mamã
 (a criança foi dada pão pela mamã)

Os exemplos anteriores contêm dois SNs – o equivalente a *criança* e *pão* – que coocorrem como objetos do mesmo verbo, explicando a frase exibida em (85c) em que *criança* é sujeito da frase passiva. O mesmo se passa no exemplo seguinte (86) em que *Tino* é o argumento maleficiário e *buku* (livro) é o argumento interno com papel de tema.

- (86) Mu-jondzi a-yiv-el-ile Tino ma-buku. (idem)
 1-estudante 1MS-roubar-APL-PS 1Tino 6-livros
 (o estudante roubou livros ao Tino)

Neste exemplo o fenómeno ocorre através de um processo de incorporação do morfema aplicativo (APL) *el*³, processo este que pode ser usado com verbos ditransitivos (Gonçalves, 2010: 104).

Com verbos de movimento também se verificam alterações nos argumentos locativos e direcionais relativamente ao PE. Tal como foi exemplificado atrás, um traço distintivo na realização sintática dos argumentos locativos em PM é o uso da preposição *em* + *SN* conforme os exemplos (81), (82), (83) e (84), aqui renumerados como (87), (88), (89) e (90) referentes a lugar. Outro processo será a simples realização como SNs com a elipse da preposição (91, 92).

- (87) Em casa dele é aqui à frente. (a casa) (idem: 130)
 (88) Conheci em casa dele. (a casa) (idem)
 (89) Voltou em casa. (para casa) (idem)
 (90) Levaram na igreja. (para a igreja) (idem)

² MS – marca de sujeito; PS – marca de passado.

³ APL – do uso da extensão; *-el*, afixo de natureza preposicional semelhante à preposição *a* que rege o OI em PE

(91) Aqui Maputo há muita gente. (em Maputo) (idem: 131)

(92) Viemos aqui Maputo. (para Maputo) (idem: 130)

Nas línguas Bantu, normalmente os constituintes que designam ‘lugar onde’ são SNs que, para além das funções de oblíquo, podem desempenhar funções de sujeito e de objeto, não havendo restrições quanto às posições que podem ocupar (em 93 função de sujeito; em 94 função de objeto, 95 função de oblíquo), ao contrário de outras línguas naturais, entre elas o PE.

(93) Kerek-eni ku-tsongo k-a hina ku-sasek-ile. (idem: 134)
17igreja-LOC 17-pequeno 17-GEN nós 17MS-ser bonita-PS
em igreja pequena de nós é bonita
(a nossa pequena igreja é bonita)

(94) Tin-tombhi t-a-ku-tiv-a kerek-eni. (idem)
10-rapariga 10MS-PRE-17MO-conhecer-Vf 17igreja-LOC
raparigas conhecem lá em igreja
(as raparigas conhecem-na (a igreja))

(95) Tin-tombhi ti-y-e kerek-eni. (idem)
10-rapariga 10MS-ir-PS 17igreja-LOC
raparigas foram em igreja
(as raparigas foram à igreja)

À imagem do que acontece com nomes não locativos, as funções sintáticas que os nomes locativos desempenham (sujeito, objeto, oblíquo), estão assinaladas no verbo através de marcas morfológicas⁴.

Apesar do que tem estado a ser dito, as línguas Bantu também dispõem de preposições plenas, que marcam tematicamente os seus constituintes (*eka* no exemplo 96), assim como de afixos preposicionais ou extensões verbais (*-el* no exemplo 97). Qualquer destes dois tipos de preposições apresenta o traço de subcategorização [-SN], considerado um traço nuclear destes itens nas línguas Bantu.

⁴ O número que antecede o nome e o prefixo MS indicam ou a classe a que pertence o nome (10-*rapariga*) ou a classe do nome com função de sujeito a que está associado o prefixo verbal (10MS-*ir*) (cf. Gonçalves, 2010: 134).

- (96) Mu-jondzi a-kombel-ile ma-buku eka mu-jondzisi. (idem: 166)
 1-estudante 1MS-pedir-PS 6-livros a 1-professor
 (o estudante pediu livros ao professor)
- (97) Mujondzi a-yiv-el-ile Tino ma-buku. (idem)
 1-estudante 1MS-roubar-a-PS 1Tino 6-livros
 (o estudante roubou livros ao Tino)

Adiante, no capítulo dedicado à subordinação, voltar-se-á a analisar este tema em frases complexas.

Como conclusão deste ponto, poder-se-á afirmar que os traços de mudança mais evidentes no PM parecem indicar que estas se devem às diferenças gramaticais existentes entre as línguas Bantu e o PE. Temos como exemplos dessas diferenças: i) a marcação casual dos verbos que em PE só atribuem um caso estrutural, enquanto nas línguas Bantu os verbos podem atribuir caso a dois sintagmas nominais, explicando assim o aparecimento da Construção de Duplo Objeto na variante do PM; ii) o facto de nas línguas Bantu os constituintes que designam ‘lugar onde’ serem SNs que podem desempenhar as funções de sujeito, objeto ou oblíquo, funções estas assinaladas no verbo através de marcas morfológicas, não havendo restrições quanto às posições que podem ocupar, o que explica o aparecimento, em PM, de construções com elipse da preposição como em “*aqui Maputo há muita gente*” ou construções com a preposição *em* + SN como em “*em casa dele é aqui à frente*”; iii) as preposições nas línguas Bantu que marcam tematicamente os seus constituintes apresentam o traço de subcategorização [-SN].

1.4.2 Comparação entre o Português Europeu e o Português do Brasil

Também no PB se podem encontrar vários fenómenos de utilização menos prototípica de preposições quando comparadas com o PE. São vários os autores (como por exemplo Marilza Oliveira (2003), Christina Gomes (2004), entre outros, *apud* Santos, 2007) que apontam para o facto de a preposição *a* vir a perder protagonismo na introdução do objeto indireto, em paralelo com a perda do clítico dativo, a favor da utilização da preposição *para* em conjunto com a forma nominativa do pronome pessoal quando o objeto indireto é pronominalizado (Santos, 2007: 13).

(98) [...]. Você já contou pra ele? (Santos: 2007: 64)

(99) [...]. Eu conto pra todo o mundo. (idem)

(100) Ela dá um livro para a mãe. (Santos: 2007: 69)

Repare-se que há duas componentes que podem justificar essa deriva do PB: uma componente que diz respeito ao uso dos pronomes e outra que diz respeito à utilização da preposição *para*. A substituição de *lhe* por *pra ele* como objeto indireto pode ter tido a sua causa, segundo Mattoso Câmara Jr. (1972), na alteração verificada na utilização dos pronomes pessoais. O PB usa a terceira pessoa do singular na interação com um interlocutor, ou seja, *você*, para um tratamento mais familiar e *senhor* para um tratamento mais formal, em vez da utilização da segunda pessoa do singular *tu*, forma mais usual em PE, o que veio contribuir para criar uma ambiguidade no uso de *lhe* para a terceira pessoa propriamente dita (Fagundes, 1997: 23), (ver exs. 101),

(101a) Estou-lhe falando. (poderá significar “estou a falar contigo” ou “estou a falar com ele”) (Fagundes, 1997: 23)

(101b) Estou falando a ele. (idem)

(101c) Estou falando pra você. (idem)

acabando por se generalizar para todas as pessoas e número (102 a 105):

(102) Eu vou dar remédio pra ele. (Fagundes, 1997: 24)

(103) Levaram água pra mim. (idem)

(104) Ele fez isso pra nós. (idem)

(105) Eu vou falar pra ela que eu vi ela na televisão. (idem)

Outra discrepância bem evidente entre o PB e o PE pode ser encontrada no uso de preposições junto de verbos de movimento. Em PE, com os verbos de movimento *ir*, *chegar*, *vir*, usam-se as preposições *a* ou *para*, uma vez que estas preposições carregam sentido de direção, havendo, no entanto, uma diferença de sentido na escolha de uma ou de outra, como já se viu em 1.3. Já no PB coloquial, além destas duas preposições, também é comum o uso da preposição *em* a acompanhar verbos de interpretação direcional, conforme exemplos (106c), (107c) e (108b), formas consideradas não padrão em PE (Vieira, 2009: 427).

(106a) Tenho que vir ao sítio hoje. (Vieira, 2009: 427)

(106b) Tenho que vir para o sítio hoje. (idem)

- (106c) Tenho que vir no sítio hoje. (idem)
- (107a) O João foi à praia no fim-de-semana. (idem)
- (107b) O João foi para a praia no fim-de-semana. (idem)
- (107c) O João foi na praia no fim-de-semana. (idem)
- (108a) O diretor chegou à repartição no horário combinado. (idem)
- (108b) O diretor chegou na repartição no horário combinado. (idem)

Diz esta autora que, para Mollica (1996), os traços semânticos do locativo influenciam a escolha da preposição. Quando designam espaços fechados como o cinema, um shopping, etc., a tendência será o uso da preposição *em*, mas se designarem lugares abertos como a praia, um parque, etc. a tendência será o uso das preposições *a* e *para*. Se assim for, então o uso destas preposições (*a* e *para*) em PB poderá ser explicável semanticamente.

Outra variação que se verifica entre o PE e o PB será o caso em que a preposição *para*, que normalmente rege nomes e pronomes, poder por vezes criar certas confusões nos falantes, principalmente nos falantes de Português não Europeu, quando esse facto não se verifica (Vieira, 2009: 427). Por exemplo, conforme Bechara (1999: 533), na frase infinitiva (109)

- (109) Este exercício é para eu fazer. (Bechara, 1999: 533)

a preposição *para* rege a oração infinitiva, pelo que se deve usar o pronome (*eu*) na forma do nominativo. No entanto, por analogia com outras frases nas quais a preposição se liga ao pronome por regência do pronome oblíquo tónico, como em (110a)

- (110a) Este presente é para mim. (idem)

muitos falantes de PB usam o pronome na forma oblíqua (110b), com a preposição a atribuir caso oblíquo ao pronome:

- (110b) Este exercício é para mim fazer. (idem)

Até aqui analisou-se o estatuto de *para* como uma preposição em frases simples. Mas como os exemplos apresentados acima vão sugerindo, é praticamente impossível não

relacionar o uso de *para* em frases simples com o seu uso como introdutor de orações infinitivas. Embora este seja o tema do capítulo seguinte, faz-se desde já uma referência ao processo que estará por detrás da mudança do valor de *para* como preposição em frases simples para conetor introdutor de orações infinitivas, processo esse conhecido como o processo de gramaticalização.

1.5 A gramaticalização de *para*

“O mecanismo de transformação gramatical denominado *extensão metafórica* caracteriza-se por meio da mudança de um domínio mais concreto para um domínio mais abstrato e pela preservação de algum traço da estrutura relacional original. A inferência remete diretamente à implicatura, pois enquanto o falante obedece ao princípio da informatividade e da economia, o ouvinte extrai todos os significados necessários à compreensão da asserção.”

(Sartin, 2008: 21)

Para alguns autores, a estrutura *para* + *infinitivo* teria um valor de finalidade. Esta estrutura, apesar de ter mantido a mesma configuração até aos dias de hoje, terá passado por alguns processos de mudança metafórica que terão causado ambiguidade interpretativa aos interlocutores, tendo o seu sentido de finalidade sido ampliado para outros tipos de estrutura sintática, o que nos permitirá afirmar, conforme Sartin (2008: 22), que terá sofrido um processo de gramaticalização. No entanto, nem todos os autores estão de acordo com este fenómeno, como por exemplo Campbell & Janda (2000) (*apud* Sartin 2008), considerando que a gramaticalização não é um processo em si, mas é dependente dos processos de mudança linguística, estes sim, independentes da gramaticalização e que permitem explicar a própria gramaticalização.

Diz Lobo (2003: 116, ss) que a natureza categorial dos elementos que iniciam orações subordinadas não é pacífica. A proximidade entre as categorias Preposição e Complementador tem sido objeto de estudo de vários autores. Em algumas línguas, alguns elementos de natureza adverbial ou preposicional que introduzem orações adverbiais têm

sido aproximados a complementadores. Diz esta autora que na classificação de Chomsky (1970), no quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros, não há distinção entre advérbios, preposições e conjunções, tendo até havido algumas propostas no sentido de fazer confluir algumas destas categorias numa só.

Para reforçar esta ideia, elementos com valores semânticos semelhantes em línguas diferentes podem ter comportamentos diferentes. É, por exemplo, o caso dos conectores temporais. Compare-se duas línguas como o Português e o Inglês. Em Português, os conectores temporais têm de ser sempre seguidos do elemento *que* quando introduzem orações finitas (111a) a (114a) e não podem ocorrer com um constituinte nominal à sua direita (115a) e (116a), com exceção dos conectores *desde* e *até* (117, 118). Já em Inglês, ao contrário do que acontece em Português, quando introduzem orações finitas não podem ser seguidos do complementador *that* (111b) a (114b) e podem seleccionar directamente um constituinte nominal ou adverbial funcionando como preposições capazes de atribuir caso (115b), (116b).

(111a) Desde que chegaste que só te queixas. / * Desde chegaste ...

(111b) Since you arrived you only complain. / * Since that you arrived...

(112a) Até que comas a sopa toda não saís da mesa. / * Até comas a sopa toda ...

(112b) Until you eat all the soup you don't leave the table / * Until that you eat...

(113a) Antes que ele parta / * Antes ele parta. (Lobo, 2003: 117)

(113b) Before he left. / *before that he left.

(114a) Depois que o seu filho casou. / * Depois o seu filho casou. (idem)

(114b) After her son married / * After that her son married.

(115a) Antes de mim. / Antes do fim do ano. / * Antes mim. / * Antes o fim do ano (idem)

(115b) Before me. / Before today. / * Before of me. / Before of today.

(116a) Depois de mim. / Depois do fim do ano. / * Depois mim. / * Depois fim do ano.
(idem)

(116b) After him. / After tomorrow. / * After of him. / * After of tomorrow.

(117) Desde ontem. / Desde o primeiro dia. (Lobo, 2003: 118)

(118) Até amanhã. / Até qualquer dia. (idem)

Com base no comportamento dos conectores temporais do Inglês acima descritos e com base em dados diacrônicos e dialetais, Dubinsky e Williams (1995) consideram que os conectores temporais do Inglês, inicialmente pertencentes à categoria das preposições, foram recategorizados como complementadores nos contextos em que introduzem orações finitas, isto é, em orações do tipo de (111b) a (114b).

Terá, de igual modo, a estrutura *para + infinitivo* comportamentos sintáticos diversos que nos permitam afirmar que a estrutura terá sofrido processos de gramaticalização?

Como se poderá observar através dos exemplos (119) a (122), a estrutura *para + infinitivo* pode ter valores distintos, tais como: ligar-se a uma expressão de natureza verbal tornando-se uma oração subordinada completiva (119); indicar intenção, objetividade, finalidade do que se declara na oração matriz, como acontece com a subordinação relativa infinitiva (120) e na subordinação adverbial final (121); ou, por exemplo, indicar perplexidade como numa oração subordinada adverbial concessiva (122).

(119) A mãe disse para ires estudar para o quarto.

(120) Comprei um sargo para grelhar ao jantar.

(121) Saí mais cedo para ir comprar cigarros.

(122) Fala muito bem português para ser norueguês. (adaptado de Hernanz, 1999: 2316)

Gorsky (2000: 22), que se dedicou ao estudo da gramaticalização da combinação de orações, dá um grande relevo aos conectores nesse processo de combinação. A autora afirma que os conectores derivaram em muitos casos de preposições que eram usadas pelos falantes para conseguirem uma comunicação mais clara e informativa e que acabaram por ver alterada a sua função original. Veja-se o que acontece com a preposição *para*, que ao lado do emprego como introdutora de complementos (123) e (124) também pode ser utilizada com valor de finalidade (125) ou como complementador (126):

(123) Ele foi para Lisboa. (adaptado de Gorsky, 2000: 22)

(124) Trouxe um livro para o Luís. (idem)

(125) Ela deu-nos a carta para nós lermos. (idem)

(126) A mãe disse para ires para a cama. (idem)

A partir da análise dos seus dados, Gorsky pôde concluir que o traço semântico de finalidade da estrutura *para + infinitivo*, único sentido desta estrutura no Português Arcaico, se vai dissipando e a preposição *para* vai desempenhando funções de outros conectores – conjunção, introdutor de infinitivos ou complementador. Esta autora também observou que a função sintática de *para + infinitivo* mudava conforme o verbo da oração matriz, como se pode verificar nos exemplos (127) a (129) onde *para + infinitivo* se comporta como uma oração subordinada adverbial final (127), como uma oração subordinada relativa (128) ou como uma oração subordinada completiva selecionada por um nome (129).

(127) A Teresa foi ao café para ver se encontrava o Pedro.

(128) Comprei uns sapatos para levar à tua festa.

(129) O João não tem apetência para aprender línguas.

Ainda a partir da análise da comparação de documentos em Português Arcaico com o Português Atual, Gorsky (*apud* Sartin, 2008: 45) pôde verificar o aumento do uso das preposições ao longo do tempo. A autora, a partir da análise de orações complexas de *para + infinitivo*, realça que as orações com infinitivos nem sempre funcionam como orações reduzidas⁵. Os exemplos (130), (131) e (132) mostram que o verbo *dar* na oração principal vai aumentando em abstração, migrando de verbo lexical (130) para verbo suporte de sentido esvaziado (131), enquanto a preposição vai aumentando as suas funções sintáticas e semânticas assumindo até o papel de complementador (132).

(130) Ele dava-nos tinta para pintarmos. (adaptado de Sartin, 2008: 48)

(131) Dava para repetir quantas vezes quisesse. (*idem*)

(132) O pai dava-lhes liberdade para saírem. (*idem*)

Assim, uma partícula cujo valor inicial seria o de locativo com sentido relacionado à direção espacial (123), gera por metáfora movimentos gradativamente mais abstratos ligados à noção modal de finalidade (127), passando por fim a funcionar por reanálise como complementador (132). Poder-se-á assim observar que no exemplo (130) se tem uma oração

⁵ Orações dependentes que não se iniciam por um item relativo nem por uma conjunção subordinativa e que têm o verbo na forma nominal – infinitivo, gerúndio, participio.

subordinada final, em que o conector transporta traços de finalidade, uma vez que projeta a situação para diante, *a ação de pintar*, e uma oração completiva selecionada por um nome (132), em que o conector apresenta já o traço de complementador. Pode, deste modo, verificar-se que se está perante um processo de gramaticalização.

Assim, (cf. Lobo, 2003: 125) o elemento *para*, conforme a sua natureza de preposição ou de complementador, isto é, mais ou menos gramaticalizado, pode selecionar constituintes nominais (133), constituintes oracionais infinitivos (134a, 135a), pode ter como complemento um pronome demonstrativo que retoma a oração subordinada (134b, 135b), ou ainda selecionar constituintes oracionais finitos introduzidos pela partícula *que* (134c, 135c)

(133) Ela entregou-me isto para o João.

(134a) Para poder ir de férias teve de fazer horas extraordinárias.

(134b) Para isso, teve de fazer horas extraordinárias.

(134c) Para que pudesse ir de férias teve de fazer horas extraordinárias.

(135a) Ela pediu-lhe para chegar cedo.

(135b) Ela pediu-lhe isso.

(135c) Ela pediu-lhe para que chegasse cedo.

No capítulo sobre subordinação, voltar-se-á a discutir os valores que o elemento *para* poderá tomar conforme o tipo de oração subordinada infinitiva que rege.

1.6 Sumário

As preposições já eram usadas no Latim. Com as modificações que foram ocorrendo na língua, as desinências casuais nas línguas românicas modernas foram perdendo precisão e as funções sintáticas por elas marcadas tornaram-se imprecisas, obrigando a um uso cada vez mais generalizado das preposições, de modo a tornar mais clara a comunicação entre os falantes e acabando mesmo por substituir as desinências casuais nas línguas românicas, na sua quase totalidade. As preposições acabaram, assim, por assumir um papel importante, quer na atribuição do papel temático do seu complemento, quer na atribuição de caso.

Como se viu, as preposições têm um significado fundamental, podendo, no entanto, apresentar uma grande variedade de sentidos conforme o contexto em que se encontram.

Algumas preposições têm um valor semântico mais transparente preservando o seu conteúdo semântico, enquanto outras têm um valor semântico opaco, sendo por isso frequentemente gramaticalizadas.

No PE, a preposição *para* tanto pode selecionar SNs como orações finitas na forma *para que* ou orações infinitivas com a forma *para* Ø. Estas, tanto podem ser subordinadas adverbiais, relativas ou completivas.

Uma outra característica das preposições que nos foi possível observar na análise que foi feita através da comparação com as variantes do PM e do PB, é a discrepância que estas apresentam no seu uso e que parece depender, no PM, da influência das línguas Bantu como L1 e, no PB, principalmente da alteração verificada na utilização dos pronomes pessoais – substituição da segunda pessoa do singular (*tu queres*) pela terceira pessoa do singular (*você quer*) assim como em mudanças no sistema casual.

Na análise do PM pôde observar-se que as diferenças não se situam unicamente ao nível do uso de algumas preposições, mas também ao nível das alterações sintáticas relacionadas com o uso dessas preposições. As diferenças que foram sendo encontradas poderão ser justificadas pelas propriedades da gramática das línguas Bantu. O PE e as línguas Bantu distinguem-se quanto à atribuição de caso, uma vez que nas línguas Bantu o verbo pode atribuir caso a dois SNs enquanto em PE os verbos só atribuem um caso estrutural. Este facto vem explicar, entre outros fenómenos, a ordem das palavras, a CDO, etc. Outra diferença assinalável é o facto de constituintes que designam ‘lugar onde’ serem SNs que podem desempenhar várias funções que são assinaladas nos verbos por marcas morfológicas, podendo esses SNs ocupar qualquer posição e dando assim origem, em PM, a construções com elipse da preposição.

Em PB verifica-se que a preposição *a* + dativo do pronome pessoal está a ser substituída pela preposição *para* + nominativo do pronome pessoal na introdução do OI. Também os traços semânticos do locativo, conforme se trata de espaços fechados ou abertos, influenciam a escolha da preposição.

Como se viu no ponto 1.5, a estrutura *para* + *infinitivo* passou por processos de mudança; poder-se-á concluir que esta estrutura inicialmente só tinha o sentido de finalidade

mas foi-se ampliando para outros tipos de estrutura sintática, tendo a preposição *para* passado a desempenhar a função de outros conectores – conjunção, introdutores de oração relativa e complementador. Assim, a gramaticalização poderá ser vista como um processo pelo qual itens lexicais se tornam menos lexicais no decorrer do tempo (Gorsky, 2000: 20).

Capítulo 2 – A subordinação

2.1 Considerações iniciais

Desde a segunda metade do século XIX que se distinguem, na tradição gramatical portuguesa, três tipos de orações subordinadas – as completivas, as relativas e as adverbiais (Lobo, 2003: 11 e ss). Esta distinção assenta sobretudo em critérios de natureza distribucional e funcional, estabelecendo-se um paralelismo entre os três tipos de orações e as funções desempenhadas por nomes, adjetivos e advérbios. Teremos, assim, as orações completivas que funcionam como um nome com função de sujeito (1) ou complemento (2),

(1) É claro que foste malcriado.

(2) A Ana acha que o livro é interessante.

as orações relativas, que têm o valor de modificador nominal, podendo ou não ser introduzidas por um pronome relativo (3) e (4),

(3) O curso que o Pedro tirou está a dar os seus frutos.

(4) O livro para oferecer à Ana é excelente.

e as orações adverbiais, que modificam o sentido do verbo com valores semânticos diversificados, como por exemplo, temporais (5), causais (6), finais (7).

(5) Quando o telefone tocou o João sobressaltou-se.

(6) Fiquei doente porque apanhei uma chuvada.

(7) O João comprou um bilhete de comboio para ir a Lisboa.

De acordo com a tradição gramatical, as orações subordinadas são orações sem autonomia, isto é, funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios da frase matriz.

As orações subordinadas ligam-se à oração matriz através de conjunções, de conetores ou de complementadores, vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou

dois termos semelhantes da mesma oração. Estes elementos de ligação podem ser, do ponto de vista gramatical, do tipo subordinativo ou coordenativo:

- i) subordinativo, quando ligam duas orações em que uma completa o sentido da outra, como é o caso das adverbiais (8), (9), (10) (conjunções causais, concessivas, condicionais, finais, temporais), das relativas (11) e das completivas (12);

(8) Fui viajar sozinha pelo Tibete para me reencontrar.

(9) O João faltou ao exame porque adormeceu.

(10) Vamos ver o Senhor dos Anéis quando o filme estreiar.

(11) A Inês comprou os sapatos que viu ontem no shopping.

(12) O Rui não disse que ia a Lisboa no fim de semana.

- ii) coordenativo, quando relacionam termos (13, 14) ou orações (15, 16) com funções idênticas.

(13) O Tomás foi ao futebol e ao cinema

(14) A Teté vai lanchar à baixa ou ao shopping

(15) O Tomás foi ao futebol e a Ana foi às compras

(16) A Teté prefere cinema, mas o Paulo prefere teatro

As orações subordinadas finitas aproximam-se nalguns aspetos das orações subordinadas infinitivas pois ocorrem no mesmo tipo de contextos sintáticos.

(17a) Saí a correr para que a encomenda chegasse a tempo.

(17b) Saí a correr para a encomenda chegar a tempo.

(18a) A Júlia procurou uma faca que cortasse presunto. (adaptado de Hernanz, 1999: 2292)

(18b) A Júlia procurou uma faca para cortar presunto. (idem)

(19a) O João disse que aparecesses logo à noite.

(19b) O João disse para apareceres logo à noite.

Seguir-se-á, nos pontos seguintes, a análise dos vários tipos de subordinação adverbial final, relativa e completiva, com enfoque nas subordinadas infinitivas selecionadas por *para*.

2.2 A subordinação adverbial

Devido à heterogeneidade das orações subordinadas adverbiais, estruturas com comportamentos sintáticos muito diversos, é complicada a sua divisão em subgrupos, tema que provoca discórdia entre alguns autores. Há, no entanto, uma classificação mais ou menos consensual, que agrupa estas subordinadas adverbiais em causais, finais, temporais, concessivas e condicionais.

Na opinião de Barbosa e Raposo (2013: 1986), as orações subordinadas adverbiais são tradicionalmente estruturas oracionais que desempenham funções acessórias na oração matriz, normalmente equivalentes a adjuntos adverbiais e que podem ser eliminadas sem que a frase se torne agramatical.

(20a) O João faltou ao exame porque adormeceu.

(20b) O João faltou ao exame.

Do ponto de vista morfossintático, como já foi referido anteriormente, podem existir orações finitas, em que os verbos se encontram na forma do indicativo ou do conjuntivo, e orações não finitas, em que os verbos se encontram no infinitivo, no gerúndio ou no particípio. Os exemplos seguintes ilustram orações infinitivas adverbiais:

(21) Ao chegar a casa tropeçou na escada. (temporal)

(22) Não pode entrar no recinto por não ter pago as quotas. (causal)

(23) O João é capaz de não dormir para conseguir um bilhete para a final. (final)

(24) Se chegarmos cedo podemos arranjar um lugar melhor. (condicional)

(25) O Zé, apesar de estudar Linguística, escreve com erros. (concessiva)

Estas subordinadas podem ainda ser agrupadas conforme a posição que ocupam relativamente à oração matriz em não periféricas, de evento ou de predicado (26) e periféricas, de enunciação ou de frase (27) (Lobo, 2003: 147).

(26) O diretor escreveu o despacho para que os docentes ficassem esclarecidos.

(27) Para que saibas, o Zé foi promovido ontem.

Para a distinção entre subordinadas adverbiais não periféricas e periféricas existe uma série de testes a que cada um destes dois tipos responde de modo diferente: i) focalização por clivagem; ii) escopo da negação; iii) resposta a interrogativas *qu-*; iv) possibilidade de ocorrência no escopo de operadores de focalização (*só*); v) possibilidade de ocorrência em interrogativas ou negações alternativas.

As orações subordinadas não periféricas respondem positivamente aos testes atrás referidos e além disso podem ocorrer em final de frase sem serem precedidas de pausa entoacional (28a a 28g), enquanto as orações subordinadas periféricas só ocorrem em posição final quando precedidas de pausa e respondem negativamente aos mesmos testes (29a a 29h):

- (28a) O Rui enviou a encomenda por correio expresso para que ela chegasse dentro do prazo. (Lopes, 2011: 127)
- (28b) Foi para que ela chegasse dentro do prazo que o Rui enviou a encomenda por correio expresso. (Lopes, 2011: 128)
- (28c) O Rui não enviou a encomenda por correio expresso para que ela chegasse dentro do prazo. (idem)
- (28d) Para que é que o Rui enviou a encomenda por correio expresso? Para que ela chegasse dentro do prazo. (idem)
- (28e) O Rui só enviou a encomenda por correio expresso para que ela chegasse dentro do prazo. (idem)
- (28f) O Rui enviou a encomenda por correio expresso para que ela chegasse dentro do prazo ou para que não houvesse perigo de extravio? (idem)
- (28g) O Rui não enviou a encomenda por correio expresso para que ela chegasse dentro do prazo, mas para que não houvesse perigo de extravio. (idem)

- (29a) Para que saibam eu própria me desfiz em lágrimas. (Lopes, 2011: 130)
- (29b) Eu própria não me desfiz em lágrimas, para que saibam. (idem)
- (29c) Eu própria, para que saibam, não me desfiz em lágrimas. (idem)
- (29d) * É para que saibam que eu própria me desfiz em lágrimas. (idem)
- (29e) * Não me desfiz em lágrimas para que saibam (mas para ser sincera). (idem)
- (29f) * Para que é que eu própria me desfiz em lágrimas? # Para que saibam. (idem)
- (29g) * Desfiz-me em lágrimas para que saibam ou para ser sincera? (idem)
- (29h) Não me desfiz em lágrimas para que saibam, mas para que não conste. (idem)

2.2.1 A subordinação adverbial final

Como se viu na apresentação anterior, dentro das orações subordinadas adverbiais, aquelas que mais nos interessa analisar são as orações subordinadas adverbiais finais

introduzidas por *para*. Segundo Hernanz (1999: 2312, 2313), estas orações são caracterizadas por expressar uma finalidade ou intenção que motiva a ação expressa na oração matriz, sendo, portanto, posteriores a esta. Têm um caráter prospetivo e virtual. A defetividade temporal do infinitivo é neutralizada pela ação da preposição *para*, que transmite à subordinada não só informação de posteridade como também de alguma incerteza, resultando daí que, quando construídas na forma finita, estas orações usem o modo conjuntivo (30b) e não o indicativo (30c). Também devido a esse caráter prospetivo de *para*, não são possíveis construções com o infinitivo composto (30d).

(30a) O António saiu mais cedo para chegar a horas ao estádio.

(30b) O António saiu mais cedo para que chegasse a horas ao estádio.

(30c) * O António saiu mais cedo para que chega a horas ao estádio.

(30d) * O António saiu mais cedo para ter chegado a horas ao estádio.

Estas orações são normalmente pospostas à oração matriz, mas as duas posições são possíveis:

(31) Para se sentir bem ela toma muitas aspirinas. (adaptado de Hernanz, 1999: 2313)

(32) Ela toma muitas aspirinas para se sentir bem.

Uma característica que define este tipo de orações e que é inerente à noção de finalidade ou propósito é o seu caráter volitivo ou intencional:

(33) O João foi à janela para (o João) ver o que acontecera.

(34) A Ana foi a Berlin para (a Ana) ver o que ainda resta do muro.

(35) Corri para (eu) apanhar o autocarro.

(36) Fiz um filme para os meus amigos verem.

Os verbos denominados impessoais, apesar de não possuírem um sujeito explícito, podem aceitar construções com subordinadas infinitivas finais iniciadas por *para*, mas com um sentido mais prospetivo que propriamente final.

(37a) Só lhe restam dois dias para tomar uma decisão. (adaptado de Hernanz, 1999: 2315)

(37b) Convém-lhe um bom ordenado para se casar. (idem)

As orações periféricas e não periféricas, referidas anteriormente, correspondem, no caso das orações adverbiais finais, respetivamente a orações de enunciação e a orações de evento (Lobo, 2013: 156). O conector *para que* / *para* \emptyset será dos poucos que pode introduzir quer orações subordinadas adverbiais não periféricas (38a, 38b) quer orações subordinadas adverbiais periféricas (39a, 39b)

(38a) O diretor escreveu o despacho para que os docentes ficassem esclarecidos.

(Lobo, 2013: 156)

(38b) O diretor escreveu o despacho para os docentes ficarem esclarecidos. (idem)

(39a) Para que saibas o Zé foi promovido ontem. (idem)

(39b) Para saberes o Zé foi promovido ontem. (idem)

Há algumas características que permitem distinguir umas das outras:

i) as construções de enunciação não podem ocorrer encaixadas pois não funcionam como argumento de verbos que admitem complementos frásicos (exemplos 40), enquanto as construções de evento podem (exemplos 41) (Lopes, 2011: 130);

(40a) Para que saibam, eu própria me desfiz em lágrimas. (Lopes, 2011: 130)

(40b) * O João acredita [que [eu própria me desfiz em lágrimas para que saibam]].

(idem: 131)

(41a) O Rui enviou a encomenda por correio expresso para chegar dentro do prazo.

(adaptada de Lopes, 2011: 127)

(41b) ele acredita [que [o Rui enviou a encomenda por correio expresso para chegar dentro do prazo]]. (idem)

ii) as orações finais de evento estabelecem um certo tipo de relação lógica ou pragmática entre o seu conteúdo proposicional e a oração matriz, não estando sujeitas ao processo de concordância de tempos (42), enquanto as orações finais de enunciação são orientadas para o falante, estão sujeitas ao processo de concordância temporal (43) e só admitem sujeitos de primeira ou de segunda pessoa (44) e (45).

(42) O diretor escreveu o despacho para que os docentes ficassem /fiquem esclarecidos.

(Lobo, 2003: 156)

(43) Para que fiques / * ficasses informado, o João ficou em primeiro lugar.

(44) * Para que alguns colegas saibam, o Zé foi promovido ontem. (idem)

(45) * Para o João ser sincero, não apreciava bebidas alcoólicas. (idem)

iii) as orações finais de evento respondem positivamente a todos os testes referidos atrás: focalização por clivagem; possibilidade de ocorrência no escopo da negação; resposta a interrogativas *qu-*; possibilidade de ocorrência no escopo de operadores de focalização (*só*); possibilidade de ocorrência em interrogativas ou negações alternativas (exemplos 28a a 28g), enquanto as orações finais de enunciação rejeitam a focalização por estruturas de clivagem, não ocorrem no escopo da negação de foco, não funcionam como resposta a interrogativas *qu-*, não ocorrem nem em interrogativas alternativas nem em negativas alternativas (29a a 29h).

Assim, as orações finais de evento introduzidas por *para* ou *para que* exigem um valor de intencionalidade da oração matriz, relacionado com um sujeito agente (46) e que pode ou não estar explícito (47).

(46) O Pedro fechou a janela para não ouvir o barulho dos carros. (Lobo 2013: 2012)

(47) Fecharam a janela para não ouvirem o barulho dos carros. (idem)

Uma oração final de evento também é possível quando a oração matriz é uma oração passiva desde que o agente da passiva, explícito ou não, seja agentivo (48), conforme Lobo (2013: 2012). Já no exemplo (49) não há um argumento agentivo, logo não há intencionalidade. No entanto, orações finais sem um argumento agentivo na oração matriz são possíveis desde que se possa subentender uma entidade responsável pela situação descrita na oração matriz que realizou algo com um propósito (50).

(48) A janela foi fechada pelo Pedro para não ouvir o barulho dos carros. (idem)

(49) * A janela fechou-se com o vento para não ouvirem o barulho da rua. (idem)

(50) Esta porta tem uma tranca para os ladrões não entrarem. (idem)

Em exemplos como em (51a) o sujeito da oração matriz é o controlador preferencial do sujeito nulo da oração final infinitiva (Lobo, 2003: 74).

(51a) O João_i chamou o Zé_j para [-]_{i/?*} lhe dar uma informação. (Lobo, 2003: 75)

Em certos casos, para evitar ambiguidades, será preferível a realização do pronome lexical ou então optar-se pela final finita, (51b) e (51c):

(51b) O João_i chamou o Zé_j para ele_{j/*i} lhe dar uma informação. (idem)

(51c) O João_i chamou o Zé_j para que (ele)_{j/*i} lhe desse uma informação. (idem)

As orações finais infinitivas podem ter sujeito distinto do sujeito da oração matriz, mas neste caso o infinitivo flexionado é obrigatório (52). Quando o sujeito é correferente e não é foneticamente realizado pode encontrar-se quer o infinitivo simples (sujeito implícito) (53a), quer o infinitivo flexionado (sujeito pronominal nulo) (53b):

(52) Fechei a janela para as moscas não entrarem. (Lobo, 2013: 2012)

(53a) Saímos mais cedo para ir às compras.

(53b) Saímos mais cedo para irmos às compras.

Diferentemente das orações finais de evento, as orações finais de enunciação indicam a finalidade da enunciação da oração matriz, ou seja, “a finalidade de um dado ato de fala, sendo por isso chamadas finais de enunciação” (Lobo, 2013:2013), como no exemplo (54a).

(54a) Para ser sincero não gosto de chocolate. (Lobo, 2013: 2013)

Segundo Lobo (2013:2013), estas orações “têm implícito um verbo do tipo declarativo e são orientadas para um falante ou para um ouvinte”, admitindo unicamente a primeira pessoa com os infinitivos (54b, 54c). As orações finais de enunciação nem sempre podem ocorrer em encaixadas, como se poderá verificar no exemplo (55b)⁶:

(54b) Para sermos sinceros não gostamos de chocolate. (adaptada de Lobo, 2013: 2013)

(54c) * Para o João ser sincero não gosto de chocolate. (idem)

(55a) Para que todos fiquem informados o professor disse que vai faltar.

(55b) * O professor disse, para que todos fiquem informados, que vai faltar.

Para Hernanz (2000: 2312 e ss), muitas vezes alguns elementos adverbiais aparecem desprovidos da sua aceção literal, ou seja, algumas orações que apresentam características de

⁶ É possível na oralidade quando se trata de um parênteses, de um comentário.

finalidade podem ter uma intenção diferente. É o que acontece também com a preposição *para*, que muitas vezes inicia subordinadas infinitivas que não se ajustam ao conceito padrão das orações subordinadas finais. Por exemplo, a frase (55) exprime um ato ilocutório com uma forte função textual-discursiva, conforme Sartin (2008: 56).

(56) É para tu veres. (adaptado de Sartin, 2008: 56)

Nos exemplos seguintes, *para* afasta-se claramente do valor de finalidade e marca uma transição temporal em concordância com o seu valor prospetivo (Hernanz, 1999: 2315).

(57) Ao crepúsculo surgiam, para desaparecerem imediatamente, os faróis de algum veículo. (adaptado de Hernanz, 1999: 2315)

(58) A taxa de desemprego nos E.U. aumentou uma décima em agosto para se colocar nos 4,9%. (idem)

Por conseguinte, ir-se-á fazer uma rápida análise sobre a possibilidade de *para* não apresentar um valor de finalidade ou de intencionalidade e de poder introduzir outros tipos de orações subordinadas adverbiais infinitivas com valores muito diferentes.

2.2.2 Outras subordinadas adverbiais infinitivas de *para* (concessivas, consecutivas, causais, ...)

Como se acabou de ver, a preposição *para* também pode introduzir orações subordinadas consecutivas, concessivas e condicionais. Nestas orações verifica-se um distanciamento relativamente a um valor de finalidade (59a, 60a, 61a).

(59a) Fala muito bem português para ser norueguês. (adaptada de Hernanz, 1999: 2316)

(60a) A casa é muito pequena para albergar tanta gente. (idem)

(61a) Tu tens visões para dizeres que sou bonita.⁷ (idem: 2317)

Estas orações apresentam como traços comuns: i) uma fraca coesão entre a oração matriz e a oração subordinada, que é separada da primeira por uma pausa mais ou menos

⁷ O exemplo (61a) poderá parafrasear-se como “*se dizes que sou bonita é porque tens visões*”.

acentuada (59a, 60a, 61a); e ii) o conector *para* não pode ser substituído por nenhum outro conector de finalidade (59b, 60b, 61b) (Hernanz, 1999: 2316; Lobo 2003; Lobo 2013).

(59b) * Fala muito bem português a fim de ser norueguês.

(60b) * A casa é muito pequena a fim de albergar tanta gente.

(61b) * Tu tens visões a fim de dizeres que sou bonita.

As orações subordinadas adverbiais com valor concessivo (59a) e (62a) exprimem um sentido diferente daquele que o nosso conhecimento do mundo faria esperar. Há uma expectativa que é contrariada. São muito semelhantes às orações subordinadas com valor consecutivo (60a), tornando-se por vezes difícil distingui-las. No exemplo (60a), aqui renumerado como (63a), a oração infinitiva tem valor consecutivo sendo possível parafraseá-la por *tanto/tão X que F* (63b).

(62a) Estava muita gente na praia para ser segunda-feira. (adaptada de Hernanz, 1999: 2316)

(Era segunda-feira e, no entanto, havia muita gente na praia)

(63a) A casa é muito pequena para albergar tanta gente. (idem)

(63b) A casa é tão pequena que não pode albergar tanta gente. (idem)

Há, no entanto, algumas propriedades que as diferenciam, tais como:

- os infinitivos com *para* nas orações concessivas permitem a anteposição à oração matriz (62b) enquanto nas consecutivas não (64a),

(62b) Para ser segunda-feira, estava muita gente na praia. (idem)

(64a) * Para ver o semáforo, ia demasiado rápido. (idem: 2315)

- os infinitivos com *para* nas orações concessivas não podem ser corrigidos (62c), enquanto os consecutivos sim, prova da sua natureza focal (63c),

(62c) * Estava muita gente na praia para ser segunda-feira, mas não para ser domingo.

(adaptada de Hernanz, 1999: 2316)

(63c) A casa é muito pequena para albergar tanta gente, mas não se for por pouco tempo.

(idem)

- os infinitivos com *para* nas orações concessivas aceitam a forma composta (62d), enquanto as orações consecutivas não (64b).

- (62d) Estava muita gente na praia para ter sido segunda-feira. (adaptada de Hernanz, 1999: 2316)
(64b) Ele ia demasiado depressa para ter visto o semáforo (idem: 2315) (a frase é gramatical mas perdeu o valor de consecutiva)

Existe ainda um outro grupo de orações com infinitivos de *para*, sem características de finalidade, que apresentam um certo cariz condicional⁸. Não são equivalentes às orações prototípicas com *se*, situando-se a implicação ao nível da enunciação e não ao nível das proposições que constituem essa implicação, isto é, ao nível do enunciado.

- (65) Para estares tão contente, pagaram-te bem.

Recapitulando, as orações subordinadas adverbiais são caracterizadas pela sua heterogeneidade, havendo algum consenso em classificá-las em causais, finais, temporais, concessivas e condicionais e também por serem estruturas que desempenham funções acessórias na oração matriz, podendo ser eliminadas sem que a frase fique agramatical.

Todas as subordinadas adverbiais aceitam a forma finita e a forma infinitiva e são sempre introduzidas por conetores que determinam em grande parte o valor semântico associado a cada estrutura.

As orações subordinadas adverbiais finais (finitas ou infinitivas introduzidas por *para que* / *para* Ø) são caracterizadas por expressar finalidade ou intenção relativamente à ação expressa na oração matriz, denotando, portanto, um tempo posterior ao tempo daquela oração. Nas orações infinitivas a defetividade temporal do infinitivo é resolvida pelo valor prospetivo da preposição *para*, que, para além disso, também lhe transmite um certo valor de incerteza. Esta incerteza, é traduzida na forma finita correspondente, pelo uso do conjuntivo (*para chegar a horas* / *para que chegasse a horas*).

Há possibilidade de construir orações subordinadas concessivas, consecutivas e condicionais não prototípicas com a forma *para* + *infinitivo*.

⁸ Falsas condicionais para alguns autores, conforme é referido por Galan (1992: 131) *apud* Hernanz, (1999: 2316).

2.3 A subordinação adjetiva

As orações subordinadas adjetivas ou relativas são, juntamente com os adjetivos qualificativos, os modificadores mais típicos dos nomes, restringindo a extensão do conjunto denotado por eles, como em *o meu amigo que mora no quinto andar*.

As orações relativas podem ser de dois tipos: orações relativas restritivas e orações relativas apositivas. As primeiras pertencem ao mesmo sintagma nominal do nome seu antecedente, são modificadores desse nome, restringem o seu domínio referencial, não havendo qualquer rutura sintática ou melódica entre o antecedente e a oração relativa,

(66) A Júlia comprou uma faca que cortasse pão. (adaptado de Hernandz, 1999: 2292)

(67) O rapaz bonito que mora no meu prédio tem 3 cães.

enquanto as segundas formam um grupo sintático que se destaca do SN antecedente, e que, por convenção, se representa por vírgulas, travessões ou parênteses. O antecedente da oração relativa forma um SN autónomo com valor referencial próprio, pelo que a relativa não contribui para a identificação do referente, introduzindo apenas um comentário acerca desse referente. Estas relativas têm propriedades típicas dos apostos (adjuntos) e nunca são introduzidas pela preposição *para*, como se verá adiante.

(68) A Ponte da Arrábida, que liga o Porto a Gaia, foi construída nos anos 1960.

(69) Lisboa, que deslumbra pela sua luz, é capital de Portugal desde o séc. XIII.

Em consequência desta diferença também os antecedentes destes dois tipos de relativas terão natureza diferente. Nas primeiras, o antecedente é apenas uma parte de um domínio maior (*ex: uma faca que corte pão; o rapaz bonito que mora no meu prédio*) enquanto nas segundas é um SN referencial, autónomo e completo (*ex: a Ponte da Arrábida, Lisboa*).

No entanto, conforme Brito e Duarte (2003: 665), tanto as orações relativas restritivas como as orações relativas apositivas são caracterizadas por estabelecerem uma relação anafórica entre a expressão nominal que as antecede e o constituinte relativo, havendo uma ligação fundamental entre esse constituinte e a categoria vazia, um *gap*, que lhe corresponde no interior da oração relativa.

Nestas orações, os constituintes ou pronomes relativos pré-existem na posição correspondente à sua função sintática, sendo deslocados para uma posição inicial de frase por uma regra de movimento, movimento este obrigatório, deixando vestígio. O SN que contém a oração relativa pode esquematicamente ser representado pelo esquema:

(70) (...) [SN_i [constituente relativo_i ... [v_i] ...] ...].

2.3.1 As subordinadas relativas infinitivas de *para* + *infinitivo*

As orações subordinadas relativas têm comportamentos diferentes mediante a natureza do verbo da oração matriz que seleciona o SN que é modificado pela relativa. Existe um conjunto de relativas que usa o verbo no modo conjuntivo e que, portanto, tem um carácter modal (71a), ao contrário de outras que usam o verbo no modo indicativo, com um antecedente específico e que têm um carácter assertivo (72a).

(71a) Quero um livro que me divirta / *diverte nas férias. (Brito e Duarte, 2003: 670)

(72a) O livro que comprei / *comprasse ganhou o prémio Pulitzer.

Os modos dos verbos da oração relativa estão ligados ao contexto da frase superior. Verbos como *querer*, *procurar*, etc. são verbos modais que criam universos de referência e que potenciam um antecedente de natureza indefinida não específica. Surge neste caso o conjuntivo; por isso, são estas relativas com conjuntivo as que mais paralelos têm com construções infinitivas – as relativas infinitivas (adiante ver-se-á que as relativas infinitivas não são marcadas unicamente por antecedentes não específicos).

(71b) Quero um livro para me divertir nas férias. (Brito e Duarte, 2003: 670)

(72b) * O livro para comprar ganhou o prémio Pulitzer.

Pelo contrário, como já se referiu atrás, as relativas apositivas / explicativas exprimem um comentário do locutor acerca de uma entidade denotada por um SN, o seu antecedente, pelo que têm um carácter parentético que é dado na oralidade por pausas e na escrita por vírgulas. O antecedente destas orações é, por conseguinte, semanticamente definido e específico, sendo tipicamente um nome próprio ou um pronome pessoal, possessivo ou demonstrativo (*Lisboa, a Ponte da Arrábida*). As relativas apositivas têm um carácter

assertivo pelo que nunca admitem o conjuntivo nem orações infinitivas (Brito e Duarte, 2003: 672).

(73a) A Torre dos Clérigos que fica / *fique no Porto é muito antiga.

(73b) * A Torre dos Clérigos para ficar no Porto é muito antiga.

O SN que contém a apositiva tem uma estrutura de adjunção (simplicadamente descrito em (Figura 1)):

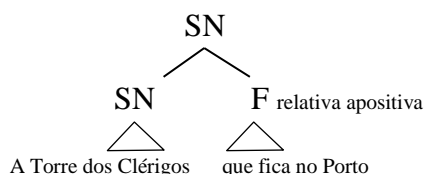


Figura 1 – Estrutura simplificada de uma oração subordinada relativa descritiva

Por conseguinte, só as orações subordinadas relativas restritivas podem ser usadas na forma infinitiva, sendo tipicamente introduzidas pelas preposições *a*, *para*, *de* e *por*.

O lugar que os complementos ou modificadores ocupam relativamente aos nomes que modificam não é aleatório, tendo a ver com a classe lexical ou sintagmática a que pertencem. No caso dos modificadores oracionais relativos, poder-se-á dizer que estes devem ocorrer, em Português e línguas similares, preferencialmente no final do sintagma nominal que modificam (Brito e Raposo, 2013: 1103).

(74a) Os livros para ler nas férias estão em cima da mesa.

(74b) * Para ler nas férias os livros estão em cima da mesa.

Também para Hernanz (1999: 2291) e para o Espanhol, há algumas orações subordinadas relativas de *para* + *infinitivo* cujo antecedente é indefinido, não específico, transportando um valor de modalização e de incerteza:

(75a) Preciso de um aluno para limpar o quadro. (adaptado de Lobo, 2013: 2069)

(75b) * Preciso do aluno para limpar o quadro. (idem)

(75c) * Preciso do aluno que limpe o quadro. (idem)

Neste tipo de orações relativas o antecedente pode ser constituído por:

i) quantificadores pronominais como *algo, muito, nada, pouco, etc.* (a preposição *para* pode ser substituída pelo pronome *que* como em “*há muito que fazer*”, “*tens algo que comentar?*”)

(76) Há muito para fazer. (Hernanz, 1999: 2291)

(77) Tens algo para comentar? (idem)

ii) nomes não referenciais, excluindo nomes com artigos definidos, pronomes demonstrativos e possessivos e ainda os quantificadores *todos e ambos* que, por serem quantificadores universais, o seu domínio é referencial.⁹

(78a) Estou à procura de alguém para/com quem casar.

(78b) * Estou à procura de este para/com quem casar.

(78c) * Estou à procura de todos para/com quem casar.

(78d) * Estou à procura de ele para/com quem casar.

iii) e ainda alguns exemplos sem antecedente expreso conforme Mória (1996) em que a oração infinitiva é seleccionada pelo verbo *ter* (79).

(79) Estes são alguns dos livros que eu tenho para dar. (adaptado de Mória, 1996: 173)

Sintaticamente, as orações relativas são caracterizadas por serem adjuntas a um SN, expreso ou não, que as antecede e pela existência de um movimento-Q da sua posição original para a posição inicial de frase deixando vestígio. Esta regra do movimento-Q coloca os morfemas Q, ou no caso destas orações infinitivas, um operador nulo, na posição de Esp de SComp (Brito e Duarte, 2003: 665).

Demonte e Taboas (*apud* Hernanz, 1999: 2291) também referem a existência de orações relativas infinitivas introduzidas por predicados virtuais ou criadores de contextos intensionais que não obrigam à existência do objeto (*buscar, encontrar, necessitar, querer,*

⁹ Devido ao seu carácter de modalização ou de incerteza, este tipo de orações tem um comportamento semelhante às orações existenciais que proíbem a presença de um SN definido. O efeito de definitude refere o facto de que a posição pós-verbal de orações existenciais só aceita a presença de SNs indefinidos:

* Há o livro na estante. / Há alguns livros na estante.

desejar, ...) ou este não é especificado (*haver, ter, ficar, faltar, ...*) e que vem justificar a agramaticalidade de (80a) e (81a) confronte-se Hernanz (1999: 2291):

(80a) * Ela ama um homem em quem confiar. (adaptado de Hernanz, 1999: 2291)

(80b) Ela necessita de/procura um homem em quem confiar. (idem)

(81a) * Júlia limpou uma faca com que cortar o salmão. (idem)

(81b) Júlia procura uma faca com que cortar o salmão. (idem)

O requisito de não especificidade do antecedente faz com que o infinitivo alterne preferencialmente com o conjuntivo e não com o indicativo, como se pode verificar em (80c) e (81c) e como já se tinha visto acima.

(80c) Ela necessita de/procura um homem em quem confie / *confia. (idem)

(81c) Júlia procura uma faca que corte / *corta o salmão. (idem)

Outra característica que se evidencia é o facto de o segmento formado pela *preposição* + *infinitivo*, do mesmo modo que a oração relativa e o seu antecedente, formar uma unidade com o nome que modifica, tornando agramatical a separação de elementos de um mesmo constituinte, como se evidencia nos exemplos seguintes:

(82a) Não tenho muito tempo que/para perder.

(82b) * Não tenho que/para perder muito tempo.

(83a) Há alguma coisa que/para comer.

(83b) * Há para/que comer alguma coisa.

(84a) Não há nada que/para fazer.

(84b) * Não há que/para fazer nada.

A este propósito relacionaram-se as orações relativas infinitivas com as orações relativas infinitivas livres ou sem antecedente expresso, quando introduzidas por *para*, uma vez que ambas transportam um valor de modalidade que é evidente quando se substitui a oração infinitiva ou por uma oração finita equivalente onde o verbo toma o modo conjuntivo ou por uma construção com os auxiliares *poder/dever* (85c).

(85a) Aborreço-me se não tenho que fazer.

(85b) Aborreço-me se não tenho nada para fazer.

(85c) Aborreço-me se não tenho nada que faça / que possa / deva fazer.

Mas serão as orações relativas de *para + infinitivo*, verdadeiras relativas? Para Veloso (2013: 2069) as estruturas frásicas infinitivas não são verdadeiras relativas restritivas, apenas apresentam semelhanças semânticas com elas; para a autora, estas orações são muitas vezes classificadas como tal por funcionarem como modificadores restritivos de um nome e também por nelas poder existir um antecedente e uma categoria vazia onde se pode reconstruir uma expressão anafórica do antecedente.

(86) Preciso de um aluno para [o aluno] apagar o quadro. (Veloso, 2013: 2070)

(87) Adotei um cão para dar [o cão] ao meu sobrinho. (idem)

(87) Encontrei um bom lugar para observar os mergulhões [num bom lugar]. (idem)

(89) Eles têm muitas bocas para alimentar [as bocas]. (idem)

Para Veloso (2013), não há, nestas orações de *para + infinitivo*, nenhum pronome relativo responsável pela relação de subordinação nem pela reconstrução do antecedente, funções estas, à primeira vista, asseguradas pela preposição *para*. Apesar de ser possível a substituição da infinitiva de *para* por orações relativas restritivas finitas, nem sempre se obtém uma oração resultante equivalente, havendo necessidade de ajustes modais / temporais e perdendo-se, por vezes, o valor de finalidade introduzido por *para*. As frases seguintes:

(90a) Preciso de um aluno para limpar o quadro. (idem)

(90b) Preciso de um aluno que limpe o quadro. (idem)

são equivalentes enquanto as frases (91)

(91a) Procuro um aluno para falar ucraniano. (Veloso, 2013: 2070)

(91b) Procuro um aluno que fale ucraniano. (idem)

já não são. Na segunda frase (91b), não se encontra o valor de finalidade que se encontra na primeira (91a). Assim, para esta autora estas estruturas não são relativas verdadeiras porque:

- não são introduzidas por nenhum pronome relativo;
- nem sempre podem ser substituídas por relativas restritivas finitas semanticamente equivalentes.

Duarte, Santos e Alexandre (2011: 243 e ss) têm opinião diferente sobre estas orações, considerando, no entanto, haver alguma controvérsia na sua classificação. Para estas autoras ter-se-á uma oração adverbial infinitiva final¹⁰ quando a oração subordinada não faz parte do mesmo constituinte que o seu antecedente, ocupando sempre a posição de adjunção a SV, como nos exemplos (92) e (93).

(92) Comprei um portátil novo [para PRO agradar ao Pedro]. (Duarte et al, 2011: 243)

(93) Trouxe [o artigo]_i para casa [para o Pedro rever e_i logo]. (idem)

Tem-se uma oração relativa infinitiva (ou relativa final para as autoras) quando, pelo contrário, o SN antecedente está contido no mesmo constituinte da subordinada, podendo este SN ocupar a posição de objeto (94) ou a posição de sujeito (95). Com efeito, existem muitas semelhanças entre estes dois tipos de orações como também existem alguns testes que permitem a sua identificação. No entanto, este tema será retomado mais adiante, no capítulo seguinte, quando se analisar os contrastes entre os três tipos de subordinadas de *para* + *infinitivo*, analisadas.

(94) Entreguei [[o artigo]_i para o Pedro rever e_i logo] à editora. (idem)

(95) [O peixe]_i [para e_i ser grelhado] ainda não tem sal. (idem)

Será de evidenciar que nos exemplos (94) e (95), assim como nos exemplos (86 a 91a) referidos atrás, há na oração iniciada por *para* uma categoria vazia que remete anaforicamente para o SN antecedente e que estas orações iniciadas por *para* + *infinitivo* são modificadores do nome, seu antecedente e restringem o domínio desse antecedente. Estas propriedades são, de um ponto de vista sintático, as características definitórias das orações relativas restritivas e nessa medida continuaremos a tratá-las como relativas infinitivas.

¹⁰ Estas autoras distinguem orações adverbiais infinitivas finais sem *gap*, cujo sujeito é pronominal e adverbiais infinitivas finais com *gap*, estas últimas semelhantes às relativas infinitivas finais em posição de objeto, mas cujo antecedente não faz parte do mesmo constituinte da oração subordinada (ver Capítulo 3 desta dissertação).

Mas existe ainda um subconjunto de orações relativas, aquelas sem antecedente expresso ou do tipo quantificador indefinido e que aceitam a construção com *para + infinitivo*. As construções do tipo relativo sem antecedente expresso têm uma sintaxe complexa (Brito, 1991), não sendo fácil a sua análise estrutural.

2.3.2 As subordinadas relativas livres de *para + infinitivo*

Como acabou de ser referido, a análise destas construções será mais complexa do que a que foi feita para as construções anteriores. São normalmente referidas como orações relativas livres uma vez que não têm antecedente expresso. No entanto, para Brito (1991), estas orações contêm um antecedente nulo nominal embora não realizado lexicalmente.

(96a) Procuro a quem deixar as plantas. (Brito e Duarte, 2003: 683)

(96b) Procuro alguém a quem deixar as plantas. (idem)

A autora analisa-as como uma oração (SComp) encaixado num SN cujo núcleo é uma categoria vazia.

Móia (1996) retoma estas construções, considerando que a classificação anteriormente adotada não será a mais correta, antes deverão ser designadas por orações relativas sem antecedente expresso.

Normalmente, as orações relativas sem antecedente expresso comportam-se como *ilhas-Q*, isto é, não permitem a extração de um seu constituinte por movimento-Q, o que constitui um forte argumento no sentido de considerá-las como SComp encaixadas num SN:

(96d) * Estas são as plantas que eu procuro a quem deixar.

Com efeito, a agramaticalidade de (96d) pode ser explicada pelo facto de as relativas estarem encaixadas num SN, o que obriga que a extração de constituinte de uma relativa atravessasse dois nós fronteira para a Subjância, SComp e SN em Português (96d), o que também acontece num exemplo com antecedente expresso (96e).

(96e) * Estas são as plantas que procuro alguém a quem deixar.

Este tipo de orações também permite um paralelo com construções com *para* + *infinitivo*, tanto numa versão sem antecedente expresso (97a) como numa versão com antecedente do tipo quantificador: *alguém, algo, nada, ninguém*, etc. (98a). Este tipo de orações só pode ocorrer na dependência de um conjunto muito restrito de verbos, os verbos modais ou intensionais ou criadores de contextos intensionais de que já se falou anteriormente (*ter, arranjar, procurar, haver*), pelo que normalmente são substituídas por um conjuntivo ou formadas com o auxiliar modal *poder* na estrutura finita que lhe corresponde acarretando, portanto, um cariz de modalidade:

(97a) O Paulo já tem para onde ir. (Móia, 1996:171)

(98a) O Paulo já tem meninos para brincar. (adaptado de Móia, 1996:175)

(97b) O Paulo já tem onde vá / possa ir. (adaptado de Móia, 1996:171)

(98b) O Paulo já tem meninos com quem brinque / possa brincar. (adaptado de Móia, 1996:175)

Móia (1996) analisa as estruturas infinitivas dependentes do verbo *ter* e considera que têm um comportamento distinto de estruturas idênticas dependentes de outros verbos. Para Móia (1996), estas estruturas não se comportam como ilhas para o movimento-Q em Português¹¹, como se verifica em (100a), levando-o a questionar se a estrutura estará de facto encaixada num SN de núcleo nulo, pois havendo tal SN, quando um constituinte Q sai da sua posição inicial, atravessaria dois nós fronteira para a Subjacência em Português¹². Mas não parece ser esse o caso, já que em (100a) é gramatical. Por sua vez, a extração por movimento-Q em estruturas em que o antecedente está realizado dá origem a frases pouco aceitáveis (100b).

(99a) O Paulo não tem com quem discutir o assunto. (Móia, 1996:173)

(100a) Estes são alguns dos livros [que]_j eu não tenho a [quem]_i dar [v]_j[v]_i. (idem)

(100b) * Estes são alguns dos livros que eu não tenho ninguém a quem dar. (idem)

¹¹ Brito (1988) considera que estas construções têm comportamento de ilha-Q exemplificando com o verbo *procurar*. No entanto, segundo Móia (1996) refere, este verbo não aceita facilmente a extração do constituinte, não por se comportar como ilha-Q mas por não aceitar construções com relativas sem antecedente expresso.

¹² Conforme Móia (1996) o movimento só seria possível se, ou os nós SComp e SN não fossem sempre nós fronteira ou então se o Princípio da Subjacência nem sempre se aplicasse em Português.

Por outro lado, se se considerarem as orações relativas sem antecedente expresso como paralelas às relativas restritivas típicas, modificadores, então como se explicaria o facto de estas não poderem ser suprimidas sem que a frase se torne agramatical, como é visível em (99b)?

(99b) * O Paulo não tem.

Para conseguir justificar todas estas propriedades, Mória (1996) começa por considerar que estas construções com verbos como *ter* são estruturas predicativas, Comp^{max} ¹³, em que a oração relativa será o predicativo e o argumento a estrutura nominal antecedente. A estrutura de uma frase como (99a) seria então:

(99c) [sv ter [Comp^{max} [SN pro] [sComp [Esp com quem]_i [Comp' PRO discutir o assunto [v]_i]]]].

Esta hipótese leva a considerar que em frases do tipo (96), (97), (98) e (99) se está perante uma estrutura transitivo-predicativa em que o predicado é uma projeção máxima de um núcleo funcional e não de um núcleo lexical.

Assim, parece haver uma distinção, no plano sintático, entre as orações relativas infinitivas, com ou sem antecedente expresso, como parte de um SN ou de um Comp^{max} respetivamente. Mória (1996) propõe que se compatibilizem as duas estruturas e para isso considera que as duas estruturas com ou sem antecedente expresso estejam encaixadas em Comp^{max} e que, quando o antecedente for lexical, transmita, por percolação, o traço [+N] a Comp^{max} que adquiriria assim características nominais.

Em síntese, foram aqui analisadas as chamadas orações relativas infinitivas de *para + infinitivo*. Tais construções são de tipos distintos: um tipo em que o antecedente é uma expressão nominal referencial e outro tipo em que o antecedente é não específico. Estas últimas construções têm a particularidade de apresentarem uma interpretação modal exprimindo valores de possibilidade ou de necessidade, que é notória quando se substitui o

¹³ Padrão das estruturas oracionais reduzidas – X^{max} .

infinitivo por uma frase equivalente onde o verbo toma o modo conjuntivo, ou então quando se substituem por expressões equivalentes com os verbos auxiliares *poder* ou *dever*.

Outra característica importante a assinalar é o facto de o segmento formado por *preposição + infinitivo*, do mesmo modo que a oração relativa e o seu antecedente, formar uma unidade com o nome que modifica tornando agramatical a separação de elementos de um mesmo constituinte.

Também se viu que, conforme Mória (1996), as estruturas das orações relativas infinitivas sem antecedente expreso são complexas e só podem ocorrer na dependência de um pequeno conjunto de verbos. O autor refere ainda que estruturas dependentes do verbo *ter* têm um desempenho diferente de estruturas dependentes de outros verbos, uma vez que não se comportam como ilhas para o movimento-Q, em Português.

Este facto levou o autor a questionar-se se a estrutura destas construções estará de facto encaixada num SN de núcleo nulo e a colocar como hipótese que a estrutura sintática das orações relativas dependentes do verbo *ter* é diferente e se aproxima de uma estrutura predicativa.

2.4 A subordinação completiva

As orações subordinadas substantivas ou completivas são caracterizadas pelo facto de a oração subordinada ser sempre um argumento de um núcleo verbal (101a), nominal (102a) ou adjetival (103a) da oração matriz, sendo por isso aproximada a uma expressão nominal.

(101a) Bota afirmou entender que esta forma de eleição «subverte a vontade popular».

(CetemPúblico par=1550516)

(101b) Bota afirmou entender _{SN}[isso / -lo].

(102a) A ideia de concorrer às Olimpíadas enerva-o.

(102b) _{SN}[Esse facto / isso] enerva-o.

(103a) Estou certa de poder chegar a horas.

(103b) Estou certa _{d_{SN}}[isso].

Estas orações subordinadas também podem ser do tipo finito ou infinitivo e, como já referido atrás, variam o seu comportamento conforme o valor semântico-pragmático do predicado da oração matriz. Há algumas orações subordinadas completivas infinitivas que

não são introduzidas por nenhum elemento, como é o caso do que se passa em (104), havendo, no entanto, alguns verbos, os verbos diretivos que designam atos de fala, como *dizer, implorar, insistir, pedir* que aceitam a forma *para + infinitivo* (105). São estas últimas que nos interessam para este trabalho.

(104) O Presidente da Rússia prometeu pagar os salários em atraso aos trabalhadores.

(CetemPúblico par=47460)

(105) A Teresa disse à Joana para esquecer o sucedido.

2.4.1 As subordinadas completivas infinitivas de *para + infinitivo*

Começamos, assim, por analisar alguns verbos diretivos que designam atos de fala e que selecionam orações infinitivas introduzidas pela preposição *para*. Estes verbos têm como complemento a oração infinitiva e, nestes casos, dado que a oração infinitiva tem sujeito próprio (explícito ou implícito), o infinitivo flexionado é a forma usada conforme se pode verificar nos exemplos seguintes:

(106a) A professora disse para (tu) não copiares. (Barbosa e Raposo, 2013: 1929)

(106b) * A professora disse para (tu) não copiar.

(107a) Eu insisti para os jardineiros não cortarem essa árvore. (idem)

(107b) * Eu insisti para os jardineiros não cortar essa árvore. (idem)

(108a) O prisioneiro implorou para os guardas o libertarem. (idem)

(108b) * O prisioneiro implorou para os guardas o libertar. (idem)

As orações subordinadas completivas infinitivas introduzidas por *para* são tipicamente selecionadas por verbos.

(109) Eu pedi-lhes para trazerem de beber.

(110) O João disse para irmos ao futebol.

(111) A Maria insistiu para irmos ver a nova banda tocar.

Nas frases que representam pedidos, ordens, exigências, etc., mesmo que o destinatário não esteja presente, este é normalmente interpretado como o sujeito da oração infinitiva, uma vez que é pragmaticamente natural que quem executa o ato seja o mesmo a quem se faz o pedido/ordem/exigência. Por essa razão, este destinatário pode ser representado, na oração

matriz, por um complemento indireto que, quando ocorre, é correferencial com o sujeito da oração infinitiva que pode ou não estar foneticamente realizado:

(106c) A professora disse(-te) para [-/tu] não copiares. (Barbosa e Raposo, 2013: 1930/31)

(107c) Eu insisti (com os jardineiros) para [-/eles] não cortarem essa árvore. (idem)

(108c) O prisioneiro implorou (aos guardas) para [-/eles] o libertarem. (idem)

Nas orações em que o objeto indireto da oração matriz está expresso e é correferente com o sujeito nulo da oração infinitiva, alguns falantes aceitam o uso do infinitivo simples:

(106d) A professora disse-te para [-] não copiar. (Barbosa e Raposo, 2013: 1931)

(107d) Ela insistiu com os jardineiros para [-] não cortar a árvore. (idem)

(108d) Ele implorou aos guardas para [-] o libertar. (idem)

Quando se trata de pedidos expressos por *pedir*, *insistir*, *implorar* e não de ordens, a correferência entre o sujeito da oração matriz e o sujeito da oração subordinada é permitida e, nesse caso, tanto o infinitivo simples como o flexionado são possíveis:

(112a) Nós pedimos (ao professor) para sair(mos) mais cedo. (Barbosa, Raposo 2013: 1931)

(113) Os alunos insistiram (com a professora) para ir(em) à casa de banho. (idem)

(114) Os prisioneiros imploraram (aos guardas) para ser(em) libertados. (idem)

No entanto, o infinitivo simples pode transportar alguma ambiguidade quando o sujeito da oração infinitiva não está expresso, como o exemplo (112b) evidencia:

(112b) Nós pedimos (ao professor) para (nós/ele) sair mais cedo. (idem)

Existe ainda uma terceira possibilidade de construção com estes verbos que exprimem ordens/pedidos; de facto, pode ser expresso um terceiro elemento que não é nem quem faz o pedido/ordem nem quem recebe o pedido/ordem, como nos exemplos seguintes:

(115) O professor disse-me para tu não copiares.

(116) A Maria pediu à mãe para o João ver televisão.

Do mesmo modo que alguns verbos podem seleccionar orações completivas infinitivas iniciadas por *para*, também alguns nomes relacionados com esses verbos e que denotam atos

diretivos (*conselho, indicação, ordem, pedido, etc.*) podem ser ligados pelo elemento *para* (ou *de*) (Barbosa e Raposo, 2013: 1938).

(117a) Os jogadores não ouviram a ordem do treinador para se posicionar(em).

(Barbosa e Raposo, 2013: 1938)

(118a) O pai deu aos meninos permissão para brincar(em) no jardim.

Estes casos são caracterizados pelo facto de o sujeito da oração infinitiva, implícito e constituído por um pronominal nulo, ser frequentemente correferente com um argumento do verbo da oração matriz, realizado fora do SN complexo. Esta propriedade é devida ao facto de esses nomes se relacionarem com verbos (*aconselhar, indicar, ordenar, permitir, etc.*), que seleccionam orações infinitivas com sujeitos correferentes com os complementos e não com os sujeitos das orações matriz.

(117b) O treinador ordenou aos jogadores para se posicionarem. (idem)

(118b) O pai permitiu aos meninos brincarem no jardim.

Importante, neste tipo de orações subordinadas completivas infinitivas, é o facto de, ao contrário do que acontece nas orações finitas, estas não serem normalmente introduzidas por complementadores com realização lexical. Como já se disse, somente um tipo de predicados (os verbos declarativos de ordem como *dizer, insistir, pedir, rogar, solicitar*) podem seleccionar infinitivas iniciadas por *para*. Serão estes que irão fazer parte do âmbito de estudo deste ponto:

(119a) A mãe disse ao filho para deixar de gritar.

(120) O João pediu ao amigo para lhe emprestar os apontamentos.

Como já foi sugerido no Capítulo 1 e como tem sido proposto em literatura relevante (Duarte, 2003: 621, entre outros), nestas orações, *para* tem o estatuto de complementador e não de verdadeira preposição, diferentemente do que acontece nas orações subordinadas adverbiais e relativas anteriormente analisadas, uma vez que *para* não pode coocorrer com o complementador *que* e a oração desempenha a função de objeto direto (OD) e não de complemento oblíquo. A natureza de complementador de *para* é comprovada pelo facto de toda a oração infinitiva ser substituída por *isso* ou por *-o*, conforme exemplos (119c) e (119d).

Nas orações completivas finitas correspondentes, o elemento *para* é substituído pelo complementador *que* (119b) e (119e).

(119b) A mãe disse ao filho que deixasse de gritar.

(119c) A mãe disse-o.

(119d) A mãe disse isso.

(119e) * A mãe disse ao filho para que deixar de gritar / *ela disse para isso.

Já quando *para* tem a função de preposição, esta não faz parte da oração subordinada completiva, mas é antes parte integrante da regência verbal, como os exemplos seguintes ilustram (estes usam um verbo como *contribuir* que seleciona obrigatoriamente uma preposição):

(121a) A indecisão contribuiu para aumentar as dificuldades de gestão.

(121b) A indecisão contribuiu para isso.

Quando se passa para as completivas finitas correspondentes, a preposição *para* antecede o complementador *que* – *para que*, como em (121c);

(121c) A indecisão contribuiu para que aumentassem as dificuldades de gestão.

e neste caso as completivas são retomadas anaforicamente por demonstrativos como *isto*, *isso*, *aquilo*, precedidos da preposição (121b).

O facto de as orações subordinadas de *para* só serem seleccionadas por um certo tipo de verbos leva-nos a colocar como hipótese que *para* terá, também aqui, um traço prospetivo, em que o tempo da oração subordinada é futuro relativamente ao tempo da oração matriz, trazendo um valor modal que se manifesta, nas orações finitas equivalentes, pelo uso do conjuntivo.

Em suma, as orações completivas infinitivas podem ser seleccionadas tipicamente por verbos. Ao contrário do que acontece nas outras orações subordinadas analisadas nos subcapítulos anteriores (orações subordinadas adverbiais finais e relativas infinitivas), estas ou são introduzidas por complementadores sem realização lexical ou, quando seleccionadas por verbos declarativos de ordem (*dizer*, *insistir*, *pedir*, *rogar*, *solicitar*, etc.), podem ser

iniciadas pelo elemento *para*. Este elemento tem o estatuto de complementador e não de verdadeira preposição, uma vez que, como se viu, não pode coocorrer com o complementador *que*. Estas orações subordinadas completivas infinitivas desempenham normalmente a função de objeto direto e não de complemento oblíquo.

2.5 Sumário

Neste capítulo analisaram-se algumas propriedades sintáticas e semânticas das orações subordinadas adverbiais, relativas e completivas. Estes três tipos de orações podem ser finitas ou podem ser infinitivas.

As orações subordinadas adverbiais são muito heterogêneas e tradicionalmente são estruturas equivalentes a adjuntos adverbiais, podendo ser eliminadas sem que a frase fique agramatical e todas aceitam a forma finita e a forma infinitiva.

As orações subordinadas adverbiais finais introduzidas por *para* expressam uma finalidade ou intenção e têm um carácter de posteridade e de alguma incerteza pelo que a forma finita correspondente usa o verbo no conjuntivo. A preposição *para* também pode introduzir orações subordinadas consecutivas, concessivas e condicionais não prototípicas.

As orações subordinadas adjetivas ou relativas são, assim como os adjetivos qualificativos, os modificadores mais típicos dos nomes, restringindo a extensão do conjunto denotado por eles e podem ser de dois tipos - orações relativas restritivas e orações relativas apositivas, mas só as primeiras permitem ocorrer com a forma *para* + *infinitivo*. Vimos que há dois tipos de orações subordinadas relativas infinitivas, umas com antecedente específico e referencial e outras com antecedente não específico. Estreitamente vinculada com esse carácter indefinido e inespecífico do antecedente, os verbos da oração matriz terão que pertencer a uma classe restrita de predicados – predicados virtuais ou criadores de contextos intensionais que não obrigam à existência do objeto, o que faz com que, neste segundo tipo, o infinitivo alterne preferencialmente com o conjuntivo e não com o indicativo.

As orações subordinadas completivas caracterizam-se pelo facto de serem sempre um argumento de um verbo, nome ou adjetivo da oração matriz, sendo por isso aproximadas a uma expressão nominal. Como as subordinadas anteriores, também podem ser do tipo finito ou infinitivo, mas só alguns verbos – os verbos diretivos que designam atos de fala (*dizer, implorar, insistir, pedir*) aceitam a forma *para* + *infinitivo*. Importante nestas orações é o facto de *para* ter o estatuto de complementador e não de verdadeira preposição, diferentemente do que acontece nas outras orações subordinadas, pois não pode coocorrer com o complementador *que* e toda a oração infinitiva pode ser substituída por *isso* ou por *-o*.

Colocou-se então a hipótese de estas orações completivas infinitivas serem marcadas por um traço prospetivo, apontando sempre para um intervalo de tempo futuro relativamente ao tempo da oração matriz, associado a um valor modal que se manifesta no caso do conjuntivo nas orações finitas correspondentes. Tal hipótese será desenvolvida no Capítulo 3 desta dissertação.

Quanto à natureza do elemento *para*, viu-se que ele tanto pode ser uma preposição, como pode ter sofrido um processo de gramaticalização e apresentar uma natureza diferente, isto é, de complementador. Pode, assim, desempenhar as funções de outros conetores como conjunções, pronomes relativos ou complementadores.

Capítulo 3 – Semelhanças e contrastes entre os três tipos de subordinadas de *para* + *infinitivo* analisadas

Como se pôde ir verificando ao longo do capítulo anterior, os três tipos de orações infinitivas analisadas apresentam algumas características que as aproximam e muitas outras que as separam. Neste capítulo ir-se-á tentar fazer uma síntese dos principais contrastes entre elas e tentar encontrar uma hipótese explicativa.

3.1 Contrastes no valor de *para* conforme as orações subordinadas que rege: *para* preposição, *para* complementador

Como já se viu, o item *para*, cujo valor prototípico será o de preposição em frases simples, núcleo de um sintagma preposicional e que pode tomar valores semânticos distintos, pode também introduzir constituintes frásicos em orações adverbiais e relativas e até tomar o valor de complementador em orações completivas (Brito, 2003b: 717). Assim, relembra-se que:

i) nas orações completivas toda a oração é substituída pelo pronome demonstrativo *isso* (1a) e *para* é um complementador. Já nas orações relativas (2a) e adverbiais (3a) tal não acontece, sendo *para* uma preposição. Nestes dois casos o pronome *isso* coocorre com a preposição *para*:

(1a) Disse-lhe para estar sossegada / disse-lhe (*para) isso.

(2a) Comprei uma faca para cortar pão / comprei uma faca para isso.

(3a) Saí mais cedo para chegar a horas / saí mais cedo para isso.

ii) nas orações adverbiais finais, *para* é uma preposição que introduz um constituinte frásico, isto é, *para* é um SPrep adjunto a SV (integradas) ou a F (periféricas), que por sua vez seleciona um constituinte frásico. Estas orações na forma finita também podem ser introduzidas pelo complementador *que* juntamente com a preposição *para* (*para que*) (3b).

(3b) Saí mais cedo para que chegasse a horas.

iii) nas orações completivas tal não acontece por causa do estatuto de complementador do item *para* (1b) precisamente porque não é possível, em PE, que dois constituintes ocupem a mesma posição de complementador.

(1b) * Disse-lhe para que estivesse sossegada.

iv) também nas orações relativas, apesar de se passar algo de diferente das orações subordinadas adverbiais finais e completivas, os elementos *que* e *para* não podem coexistir (2b). Estas orações relativas infinitivas são um SPrep complexo (contendo um SComp) adjunto a um SN antecedente que pode estar expresso ou não; neste último caso há um operador nulo na posição de especificador de SComp que corresponde a uma função sintática e que foi deslocado, tendo deixado vestígio.

(2b) * Comprei uma faca para que cortasse pão.

3.2 Contrastes entre subordinadas adverbiais e subordinadas relativas e completivas

As orações subordinadas adverbiais ocorrem normalmente em posição final, mas uma vez que têm a função de adjunção (adjunção a SV ou a F conforme o carácter integrado ou periférico) podem também ocorrer em posição inicial de frase ou entre o sujeito e o predicado (4b) e (4c), ao contrário do que acontece com as relativas (5b) e (5c) e com as completivas (6b) e (6c), que só podem surgir em posição final, uma vez que a sua legitimação só é possível por elementos contextuais anteriores (mais acima e à esquerda, na estrutura).

(4a) O João saiu mais cedo para comprar cigarros.

(4b) Para comprar cigarros o João saiu mais cedo.

(4c) O João, para comprar cigarros, saiu mais cedo.

(5a) A Ana comprou um cão para oferecer ao João.

(5b) Para oferecer ao João a Ana comprou um cão. (só possível se a oração for topicalizada)

(5c) * A Ana para oferecer ao João comprou um cão.

(6a) O professor disse para estudarmos mais.

(6b) # Para estudarmos mais o professor disse. (só possível se a oração for topicalizada)

(6c) * O professor para estudarmos mais disse.

As orações subordinadas adverbiais finais de *para* + *infinitivo* (7a) distinguem-se das orações subordinadas completivas (8a) e relativas (9a) por não poderem alternar com uma oração finita sem *para* (7b), só podendo ter como alternativa *para que* (preposição + complementador):

(7a) O João comeu a sopa toda para poder comer um bolo. (Lobo, 2003: 78)

(7b) * O João comeu a sopa toda que pudesse comer um bolo. (idem)

(7c) O João comeu a sopa toda para que pudesse comer um bolo. (idem)

(8a) O João pediu à Ana para lhe comprar um bolo. (idem)

(8b) O João pediu à Ana que lhe comprasse um bolo. (idem)

(9a) A Júlia procurou uma faca para cortar salmão. (adaptado de Hernanz, 1999: 2292)

(9b) A Júlia procurou uma faca que cortasse salmão. (idem)

Esta diferença entre orações adverbiais, por um lado, e orações completivas e relativas, por outro, explica-se porque *para* é uma preposição capaz de se constituir como conector que introduz um constituinte frásico, ou simplificando *para* + *F*, estabelecendo um sentido de finalidade entre a oração principal e a oração subordinada. Tem o mesmo valor semântico que as locuções *para que* / *a fim de que*, não podendo por isso, ser substituído simplesmente pelo elemento *que*, que nunca tem por si só esse significado, como é bem visível nos exemplos (7a), (7b) e (7c).

3.3 Semelhanças e contrastes entre subordinadas adverbiais finais e relativas infinitivas

Como já foi referido no Capítulo 2, Duarte, Santos e Alexandre (2011: 243 e ss) analisaram as semelhanças e diferenças que existem entre algumas orações adverbiais finais (não periféricas) e as orações relativas infinitivas. Estas autoras consideram a existência de dois tipos de subordinadas adverbiais finais infinitivas, orações estas que ocuparão sempre uma posição de adjunção a SV:

i) as orações adverbiais finais infinitivas sem *gap* cujo sujeito pode ser pronominal como em (10a).

(10a) Comprei um portátil novo [para PRO agradar ao Pedro]. (Duarte et al, 2011: 243)

ii) e as orações adverbiais finais infinitivas com *gap* que não podem ser interpretadas como relativas finais, uma vez que não fazem parte do mesmo constituinte do SN anterior, como se pode verificar no exemplo (11a), uma vez que a categorização vazia (*gap*) corresponde a *o artigo* e não *a casa*:

(11a) Trouxe [o artigo]_i para casa [para o Pedro rever e_i logo]. (idem)

Além disso, consideram a existência de dois tipos de orações relativas infinitivas de *para* + *infinitivo*, cujo SN antecedente tem de estar contido no mesmo constituinte da oração relativa:

iii) as relativas infinitivas em posição de sujeito (12a) e

iv) as relativas infinitivas em posição de objeto (13a)

(12a) [O peixe]_i [para e_i ser grelhado] ainda não tem sal. (idem)

(13a) Entreguei [[o artigo]_i para o Pedro rever e_i logo] à editora. (idem)

De acordo com as autoras, as orações adverbiais finais infinitivas com *gap* e as orações relativas infinitivas são semelhantes, sendo por vezes difícil distingui-las. Existem, no entanto, alguns testes que permitem diferenciá-las. Por exemplo, só as orações adverbiais finais sem *gap* (10b) podem ter uma oração finita equivalente com *para que*. Nos outros casos, quer dizer, nas adverbiais finais com *gap* e nas relativas finais, as orações finitas equivalentes serão agramaticais ou pelo menos pouco aceitáveis (11b), (12b) e (13b).

(10b) Comprei um portátil novo [para que [PRO] pudesse agradar ao Pedro]. (idem)

(11b) ? Trouxe [o artigo]_i para casa [para que o Pedro revisse e_i logo]. (idem)

(12b) * [O peixe]_i [para e_i que seja grelhado] ainda não tem sal. (idem)

(13b) ? Entreguei [[o artigo]_i para que o Pedro revisse e_i logo] à editora. (idem)

Outro teste que permite separá-las será o uso de clivagem. Se só as relativas infinitivas formam um constituinte com o seu antecedente, como em (12a) e (13a), então só estas poderão ser clivadas juntamente com o SN antecedente, como acontece em (12c) e (13c). Pelo contrário, os exemplos (10c) e (11c), agramaticais, são de orações subordinadas adverbiais finais infinitivas:

- (10c) * Foi [um portátil novo para agradar ao Pedro] que comprei. (idem)
 (11c) * Foi [o artigo]_i para casa [para o Pedro rever e_i logo] que trouxe. (idem)
 (12c) É [o peixe]_i [para e_i ser grelhado] que ainda não tem sal. (idem)
 (13c) Foi [o artigo]_i [para o Pedro rever e_i logo] que entreguei à editora. (idem)

Por outro lado, uma oração relativa restritiva deve corresponder a uma pressuposição, pelo que o seu conteúdo não deve poder ser questionado ou negado. Assim, uma relativa final em posição de sujeito não pode ser questionada ou negada (12d). Esta propriedade não ocorre nem com a oração adverbial final (14), nem com a oração relativa infinitiva em posição de objeto (15)¹⁴, dando origem a ambiguidade na sua classificação, pelo que a oração relativa poderá ser facilmente confundida como uma oração adverbial final.

- (12d) [O peixe]_i [para e_i grelhar] ainda não tem sal? (idem)
 * (Não,) tem [para fritar].
 (14) Compraste este peixe no mercado [para grelhar]? (idem)
 (Não,) comprei [para fritar].
 (15) Compraste o peixe [para grelhar]? (idem)
 (Não,) comprei [para fritar].

Assim, conforme estas autoras, a frase (15) será uma adverbial final em posição de adjunção a SV, pois, se fosse uma relativa infinitiva, deveria corresponder a uma pressuposição e não poderia ser questionada, como em (12d).

Mesmo o teste da clivagem atrás aplicado e que permite distinguir as relativas infinitivas em posição de objeto (16b) das adverbiais finais onde a clivagem não é possível (10c) não é totalmente eficaz, uma vez que nas relativas infinitivas em posição de objeto também é possível a clivagem de apenas o antecedente (16c). O resultado aí obtido será muito semelhante a adverbiais infinitivas finais com *gap*, o que torna ambígua a sua classificação.

- (16a) Comprei uma manta [para usar [-] na praia]. (Duarte et al, 2011: 246)
 (16b) Foi [uma manta para usar na praia] que eu comprei. (idem)
 (16c) Foi [uma manta] que eu comprei [para usar na praia]. (idem)

¹⁴ A ambiguidade entre orações relativas infinitivas em posição de objeto e orações adverbiais com *gap*, será melhor discutido, adiante neste capítulo.

Este comportamento das orações relativas infinitivas introduzidas por *para* em posição de complemento relativamente à possibilidade de clivagem de apenas o antecedente contrasta com o comportamento das orações relativas introduzidas por *que*, que só permitem a clivagem e a consequente extração do SN antecedente total, como atesta a agramaticalidade de (17c):

(17a) Comprei [uma manta que a Maria viu [-] na praia]. (Duarte et al, 2011: 246)

(17b) Foi [uma manta que a Maria viu [-] na praia] que (eu) comprei. (idem)

(17c) * Foi [uma manta] que comprei [que a Maria viu [-] na praia]. (idem)

Da análise ao comportamento destas orações relativas de *para* + *infinitivo* em posição de objeto, como em (18a), (19a) surge a dúvida se estas orações serão verdadeiras relativas. Por vezes, aceitam ser questionadas / negadas como no exemplo (19b), logo não têm conteúdo pressuposicional, característica inerente às relativas, sendo difícil de as distinguir das orações adverbiais finais infinitivas (20a) e (21a).

(18a) Sujei o fato para levar ao casamento da Maria.

(18b) Sujaste o fato para lebares ao casamento da Maria?

* (Não.) Sujei para levar à reunião.

.

(19a) Comprei uns sapatos para levar à tua festa.

(19b) Compraste uns sapatos para lebares à minha festa?

(Não.) Comprei para passear.

(20a) Comprei roupa nova para ir de férias.

(20b) Compraste roupa nova para ires de férias?

(Não.) Comprei para ir trabalhar.

(21a) Comprei um bilhete de avião para ir a Paris.

(21b) Compraste um bilhete de avião para ires a Paris?

(Não.) Comprei para ir a Londres.

Por outro lado, aceitam a clivagem da relativa juntamente com o seu antecedente (18c) e (19c), o que não acontece com as adverbiais finais (20b), (21b).

(18c) Foi o fato para levar ao casamento da Maria que sujei.

(18d) * Foi o fato que sujei para levar ao casamento da Maria

- (19c) Foram uns sapatos para levar à tua festa que eu comprei.
(19d) Foram uns sapatos que comprei para levar à tua festa.
(20b) * Foi roupa nova para ir de férias que eu comprei.
(21b) * Foi um bilhete de avião para ir a Paris que eu comprei.

Se se analisar a frase (18a) poder-se-á verificar que esta tem um comportamento característico de uma oração relativa restritiva, uma vez que não pode ser questionada nem negada e, portanto, tem um conteúdo pressuposicional (existe um fato e eu levei-o ao casamento). Para além disso, aceita a clivagem da oração relativa juntamente com o seu antecedente, característica que não é aceite pelas orações adverbiais finais. Estas duas propriedades permitem, com uma certa segurança, classificar a frase como relativa infinitiva.

No entanto, a frase (19a) pode ser questionada e negada pelo que não tem o valor de pressuposição, que, como se referiu em cima, é uma característica inerente às relativas, mas aceita a clivagem da relativa juntamente com o seu antecedente, o que não é possível com as adverbiais finais (20a), (21a). Tudo isto permite dizer que os testes mostram que há ambiguidade estrutural daquelas orações entre relativas infinitivas em posição de objeto e adverbiais finais infinitivas com *gap* (Duarte, Santos e Alexandre, 2011: 245).

Quanto aos aspetos mais formais as autoras propõem que as orações relativas infinitivas são SComp e são adjuntas a SN (cf. Brito e Duarte, 2003: 665), enquanto as orações infinitivas adverbiais finais com *gap* são adjuntas a SV.

Estas autoras recuperam Magro (2005) para realçar a natureza de subordinada das relativas infinitivas, invocando a próclise: i) *Comprei uma faca para cortar o bolo*; ii) *Comprei uma faca para o cortar*; iii) **(?) Comprei uma faca para cortá-lo* e propõem que *para* neste tipo de oração é um complementador.

A proposta que aqui se defende é que *para* é uma preposição. Como afirma Martins, (2013: 2280) “as orações infinitivas simples introduzidas por preposição admitem quer a colocação enclítica quer a colocação proclítica de pronomes átonos, como mostram os exemplos”

(22a) Vim para te ajudar. (Martins: 2013:2282)

(22b) Estou aqui para ajudar-te. (adaptado de Martins: 2013: 2282)

Isto quer dizer que a colocação dos clíticos não poderá servir de argumento à natureza de complementador de *para* nas orações subordinadas relativas infinitivas.

Uma outra propriedade que poderá ajudar a classificar estas orações será o facto de uma oração relativa poder ser substituível por um adjetivo em *-vel*, caso esse termo exista em Português.

(23) Comprei um peixe para grelhar / grelhável.

(24) Comprei uma faca para cortar queijo / de queijo.

Por vezes, algumas orações infinitivas (23) e (24) tanto podem ser classificadas como orações adverbiais finais, quando indicam a finalidade da compra, como podem ser consideradas como relativas infinitivas em posição de objeto, quando designam uma qualidade da faca, uma propriedade que pode ser parafraseável por um adjetivo, como em (23), ou por um SPrep em *de*, como em (24). No entanto, o comportamento de exemplos como (23) e (24) mostra que há orações relativas próximas de orações pequenas – ver a substituição por adjetivos, tal como se mostra em Móia (1996) para certo tipo de construções com ou sem antecedente expesso.

Talvez por isso Veloso (2013: 2069) considera que, apesar de estas orações funcionarem como modificadores restritivos do antecedente e conterem um *gap* relativo a esse antecedente, estas estruturas não são verdadeiras relativas restritivas, porque, para a autora, não existe naquelas frases nenhum pronome relativo, como acontece em (25), (26) e (27).

(25) Preciso de um aluno para [-] apagar o quadro. (Veloso, 2013: 2070)

(26) Adotei um cão para dar [-] ao meu sobrinho. (idem)

(27) Eles têm muitas bocas para alimentar [-]. (idem)

Como conclusão, poder-se-á afirmar que as orações adverbiais finais de *para* + *infinitivo* têm muitas semelhanças com as orações relativas infinitivas de *para* + *infinitivo*, sendo por vezes difícil a sua distinção, especialmente quando estas ocupam a posição de objeto. Esta semelhança faz, como se referiu atrás, com que alguns autores se questionem

sobre a verdadeira classificação destas orações. No entanto, as orações relativas infinitivas têm mais propriedades que as aproximam das relativas finitas do que aquelas que as afastam:

- i) pertencem ao mesmo constituinte que o SN seu antecedente, pois aceitam sempre a clivagem juntamente com o antecedente;
- ii) são modificadores desse SN, restringindo o seu domínio referencial;
- iii) estabelecem uma relação anafórica entre o SN que as antecede e uma categoria vazia que lhe corresponde no interior da oração relativa.

Por todas estas razões, nestas orações relativas infinitivas não existe um pronome relativo explícito, mas existirá um operador relativo na posição correspondente à sua função sintática, sendo deslocado para uma posição inicial de frase por uma regra de movimento. Tal como as relativas de *que*, as relativas infinitivas podem ser esquematicamente representadas por (28), representação que é adequada quer para o exemplo (29) quer para o exemplo (30).

- (28) ... [SN_i [S_{COMP} [operador relativo_i ... [V_i] ...]].
(29) Os sapatos_i [que comprei [-]_i na feira] aleijam-me.
(30) Sujei o fato_i [OP para levar [-]_i ao casamento].

Como se tem vindo a observar, as orações infinitivas adverbiais finais e as relativas infinitivas têm propriedades e comportamentos diferentes umas das outras. Será então de prever que estas orações possuam estruturas diferentes. Assim, as adverbiais finais (integradas) terão a estrutura clássica das orações adjuntas a SV, em que um SComp é complemento de uma preposição, sendo a oração adjunta a SV.

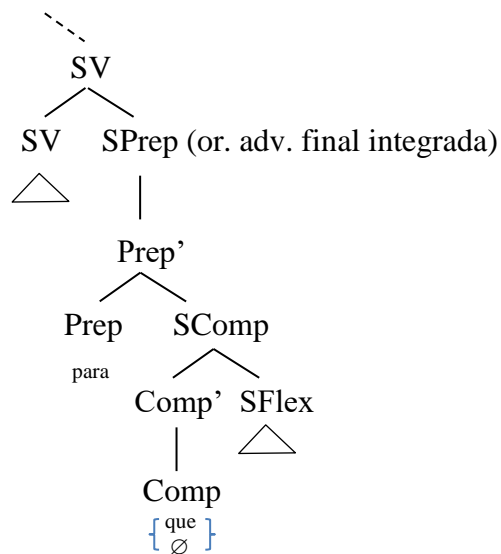


Figura 2 – Estrutura de uma oração adverbial final (*para + infinitivo / para que + forma finita*).

Como já se pode perceber pela estrutura, as orações subordinadas adverbiais finais introduzidas por *para que*, a partícula *que* corresponde a um complementador (Figura 3):

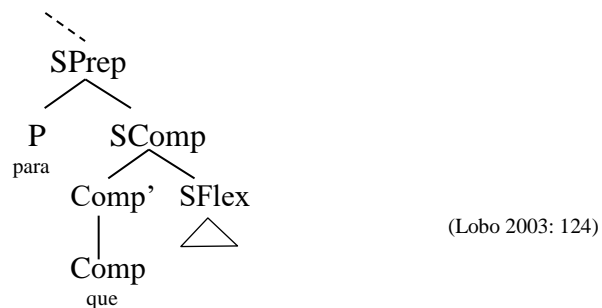


Figura 3 – Estrutura de uma oração adverbial final introduzida por *para que*

As orações subordinadas relativas infinitivas são adjuntas a SN, como descrito na Figura 4:

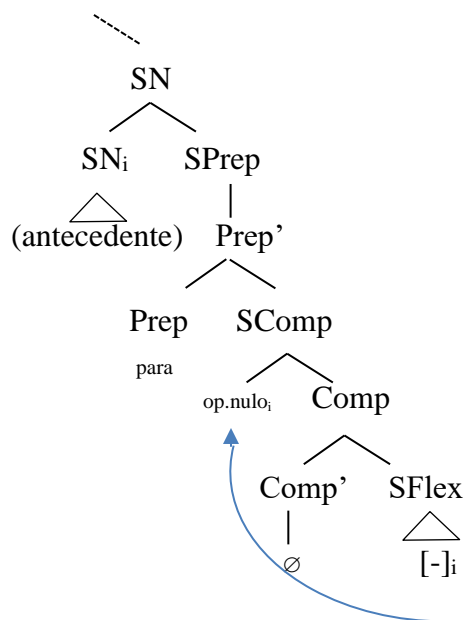


Figura 4 – Estrutura simplificada de uma oração subordinada relativa infinitiva

3.4 Contrastes entre subordinadas completivas e subordinadas adverbiais finais e relativas infinitivas

Como se viu em diferentes ocasiões, as orações subordinadas completivas são sempre selecionadas por um nome, adjetivo ou verbo, e desempenham uma função sintática na oração matriz, sendo que as infinitivas introduzidas por *para* e selecionadas por verbos diretivos que designam atos de fala desempenham sempre a função de Objeto Direto na oração subordinante. Já as orações subordinadas adverbiais infinitivas e as relativas infinitivas obedecem a outro tipo de estrutura: as primeiras são adjuntos a SV (quando integradas), enquanto as segundas são adjuntos ao SN antecedente que modificam.

Por conseguinte, as orações completivas (31a), sendo argumentais, não podem ser eliminadas da frase sem que esta fique agramatical ou pouco aceitável (31b), o que não acontece com os outros dois tipos de subordinadas adverbiais (32a), (32b) e relativas (33a) e (33b).

(31a) O Luís pediu à mãe para ver televisão.

- (31b) * O Luís pediu à mãe.
 (32a) Abri a janela para arejar o quarto.
 (32b) Abri a janela.
 (33a) Comprei peixe para grelhar ao jantar.
 (33b) Comprei peixe.

As orações completivas, infinitivas ou não, só podem ocorrer com alguns predicados (verbos, nomes ou adjetivos) que as selecionam (**é rápido para chegar aí; *é fácil para fazermos as pazes*), enquanto as relativas, quer na forma finita quer na forma infinitiva, podem modificar praticamente todos os nomes.

Outra diferença importante entre orações completivas, por um lado, e adverbiais infinitivas finais e relativas infinitas, por outro, relaciona-se com a possibilidade de extração de um constituinte do interior das completivas sem violar a condição de Subjacência.

Conforme Ross (1967) observou, a extração de certos constituintes obedece a restrições. Assim, na oração interrogativa (34b), que contém uma oração completiva, verifica-se um movimento cíclico de Comp a Comp, pelo que o resultado é gramatical. No caso das orações adverbiais finais (35a) há quebra do Princípio de Subjacência, pois o constituinte *o que* atravessa uma fronteira de adjunção a SV, o que, e conforme Raposo (1992), viola a Subjacência, visto uma oração adjunta constituir uma ilha forte ao movimento. No caso da oração relativa (36b) há também violação da Subjacência, uma vez que o movimento do constituinte *o que* não pode atravessar mais do que um nó fronteira. Sendo que em PE, SN e SComp são nós fronteira, o movimento resulta numa frase agramatical com violação da condição do SN complexo (isto é, a extração de um elemento de dentro da oração relativa resulta numa frase agramatical (36b)).

- (34a) O João pediu à Ana para lhe comprar um bolo. (Lobo, 2003: 78)
 (34b) O que é que o João pediu à Ana para lhe comprar [-]? (idem)
 (35a) O João comeu a sopa [para poder comer um bolo]. (idem)
 (35b) * O que é que o João comeu a sopa para poder comer [-]? (idem)
 (36a) A Júlia procura [uma faca para cortar salmão]. (adaptado de Hernanz, 1999: 2292)
 (36b) * O que é que a Júlia procura uma faca para cortar [-]? (idem)

Assim, após esta análise, levantam-se novas questões acerca do conetor *para* nos três tipos de orações subordinadas infinitivas analisadas:

1) O conetor *para* nas orações relativas infinitivas, para além do seu carácter modalizador, terá, tal como nas orações adverbiais finais, um sentido de finalidade?

À partida poder-se-á afirmar que sim. Como já se viu atrás, há ambiguidade na classificação destas orações porque há uma leitura de finalidade comum, havendo mesmo, em alguns casos, ambiguidade estrutural entre os dois tipos de orações.

2) Haverá algum traço comum entre *para* complementador e *para* preposição introdutória das orações subordinadas infinitivas adverbiais finais e das orações relativas infinitivas?

Seria tentador propor que sim; no entanto, conforme se tem vindo a apresentar, as orações completivas são iniciadas por complementadores (*que*, *se*, *para*), são SComp (ver Figura 5), enquanto as orações adverbiais finais e relativas infinitivas serão SPrep. No entanto, o fenómeno de paraqueísmo no PM, que se irá analisar a seguir, poderá ajudar a trazer alguma luz para responder a estas questões.

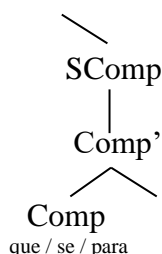


Figura 5 – Estrutura simplificada de uma oração subordinada completiva.

3.5 Uso da preposição *para* em orações subordinadas completivas em algumas variantes do Português (PM e PB)

Como foi referido no subcapítulo 1.4 sobre o uso de *para* em frases simples em algumas variantes do Português, nomeadamente no PM, PB e PE, também em frases complexas existem algumas variações sobre as quais se poderá fazer alguma reflexão.

No PM, para além das diferenças analisadas no referido subcapítulo, também se verifica algumas discrepâncias na utilização das orações completivas. Assim, é frequente, nesta variante do Português, o uso das preposições *de* e *para* a anteceder orações completivas finitas iniciadas por *que*, que são os chamados fenómenos de dequeísmo e paraqueísmo. Quer dizer, no PM e em construções do tipo de (37) e (38), a preposição *de* ou *para*, sem perda do seu estatuto de preposição, é integrada no complementador.

(37) Acho de que esses alunos não conhecem o paradeiro dos seus familiares.

(dequeísmo) (Gonçalves, 2010: 50)

(38) Peço para que tirem esta dívida. (paraqueísmo) (idem)

A escolha de cada uma destas duas preposições não parece ser aleatória, mas antes condicionada pela semântica do verbo que seleciona a oração completiva. Assim, verifica-se uma utilização mais frequente da preposição *de* quando há um traço de assertividade, com verbos declarativos e de atividade mental e que requerem o verbo da oração completiva no indicativo (37), enquanto a preposição *para* aparece com maior frequência quando há um valor modal, prospectivo, com verbos epistémicos, declarativos de ordem e inquirição, que requerem o verbo da completiva no conjuntivo (38) (Gonçalves, 2010: 50 e ss).

As alterações que se verificam em PM relativamente aos conetores das orações subordinadas completivas parecem indicar que os falantes de L1 língua Bantu que têm o Português como L2 se apercebem das ambiguidades relativamente aos itens lexicais que podem ocupar a posição de núcleo de SComp, assim como relativamente à estrutura sintática que lhes corresponde (Gonçalves, 2010: 167). O item lexical *que* pode introduzir diferentes tipos de orações subordinadas. Pode ter o estatuto de complementador em orações selecionadas por verbos (39), preposições (40a) ou advérbios (41a), ou pode ser um pronome relativo (42a). Características algo semelhantes podem verificar-se também com a preposição *para* – complementador em (40b), preposição em (41b) e elemento introdutor de relativa infinitiva (42b).

(39) Todo o mundo [vê [que estamos em paz]]. (Gonçalves, 2010: 168)

(40a) É preciso muito azar [para [que isso aconteça]]. (idem)

(40b) É preciso muito azar [para [isso acontecer]].

- (41a) Pensa no teu futuro [já [que andas tão preocupado ...]]. (idem)
 (41b) Pensa mais no futuro [para [não fiques tão preocupado]].
 (42a) O livro [que estava na estante] desapareceu. (idem)
 (42b) O livro [para arrumar na estante] está na mesa.

Se em PE se pode ter preposições ou advérbios a selecionar SComp, é possível que os falantes de L1 língua Bantu com PE como L2 tanto interpretem SComp como complemento dessas preposições ou advérbios como o interpretem como um complementador complexo onde aqueles elementos (SPrep ou SAdv) foram reanalisados e integrados (ver Figuras 6 e 7). Segundo a autora, o uso das preposições parece destinar-se a dar conteúdo semântico ao complementador neutro *que*.

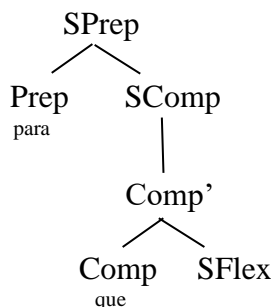


Figura 6 – Estrutura de um SComp como complemento de preposições ou advérbios

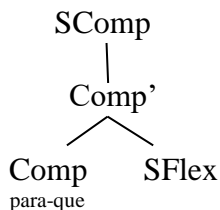


Figura 7 – Estrutura de um complementador complexo

No entanto, fenómenos de utilização não normativa de preposições não ocorrem somente em variantes do Português diferentes do PE, como se poderá confirmar nos exemplos (43), (44) e (45). O fenómeno de dequeísmo é mais frequente (43) e (44), no entanto, também se verificam alguns casos de paraqueísmo (45)¹⁵.

¹⁵ O exemplo (45) retirado de Duarte (2003) é um exemplo real extraído de *Europeu*, de 5-2-1989, pag. 40, *apud* Peres e Móia, 1995: 137.

- (43) * Penso de que o arbitro favoreceu os nossos adversários (Duarte, I., 2003:618)
 (44) * Acredito de que os eleitores confiarão novamente em nós (idem)
 (45) * "...o importante não é propor aos americanos e à NATO para que negoceiem com o Leste..". (idem)

Poderá verificar-se assim que, em certas variantes, o complementador *que*, que surge isolado na norma padrão do PE, surge por vezes precedido de uma preposição, formando com ela um conector / complementador complexo; tais conectores (*de que, para que*) têm valores semânticos distintos, o primeiro ligado a assertividade, o segundo a valores modais de incerteza.

3.6 Semelhanças e contrastes temporais entre os três tipos de subordinadas analisadas

O requisito da recuperabilidade temporal é um fator comum entre os três tipos de orações subordinadas até agora analisadas, isto se se admitir que o infinitivo carece de informação temporal própria. No entanto, é diferente a forma como cada tipo de oração subordinada recupera a sua referência temporal (Hernanz, 1999: 2270 e ss). Uma primeira diferença terá a ver com o facto de as orações completivas serem seleccionadas lexicalmente pelo verbo/nome/adjetivo da oração matriz, enquanto as orações relativas e as adverbiais não. Nas orações completivas só alguns verbos/nomes/adjetivos (*dizer, insistir, pedir, rogar, solicitar; conselho, indicação*) permitem a construção com *para + infinitivo*. Os verbos referidos, com exceção do verbo *dizer* (46), têm em comum o facto de a ação que por eles é desencadeada ser sempre uma ação futura relativamente ao tempo do verbo da oração matriz: alguém implora, insiste ou pede algo que se irá passar no futuro, como se pode observar nos exemplos (47a), (48a) e (49a). Este traço é acentuado quando a oração completiva é regida por *para* (47b), (48b) e (49b). Neste caso, até com o verbo *dizer* é desencadeada uma ação futura relativamente ao tempo da oração matriz (ver exemplos (50a), (50b)), com valor modal, que se manifesta no uso do conjuntivo nas ações finitas correspondentes (50c):

- (46) Eu disse ao meu pai que tinha chumbado no exame.

(47a) Eu peço-te que saias.
(48a) Implorei-lhe que fosse comigo ao tribunal.
(49a) Solicito que deem despacho ao decreto.

(47b) Eu peço-te para saíres.
(48b) Implorei-lhe para ir comigo ao tribunal.
(49b) Solicito para darem despacho ao decreto.

(50a) Eu disse-lhe para ler o decreto, mas ele não leu.
(50b) * Eu disse-lhe para ter lido o decreto.
(50c) Eu disse-lhe que lesse o decreto.

Assim, poder-se-á concluir que, de um ponto de vista temporal, *para* condiciona uma leitura de futuridade e até alguns traços de modalização (47b) e (48b), motivo pelo qual verbos assertivos como *decidir* não podem selecionar orações completivas infinitivas na forma *para* + *infinitivo* (51).

(51) * A Júlia decidiu para comer salmão. (adaptado de Hernanz, 1999: 2292)

(52) A Júlia pediu para comer salmão.

Como as orações subordinadas relativas e as adverbiais finais não são selecionadas pelo predicado da oração matriz, as características dos predicados que nelas ocorrem não são relevantes para o processo de recuperação da referência temporal destas orações subordinadas. Assim, o caráter não regido destes dois tipos de subordinadas dá-lhes independência semântica relativamente ao predicado da oração matriz.

No entanto, a determinação temporal das orações subordinadas adverbiais de infinitivo pode ser facultada por alguns nexos que as introduzem e que transportam alguma informação temporal, o que é evidente no caso das orações adverbiais temporais introduzidas por itens como por exemplo *antes de*, *depois de*.

No caso das subordinadas adverbiais finais infinitivas esse nexo é a preposição *para* (53) com um valor prospetivo, orientando a oração subordinada em direção ao futuro e cujo estatuto sintático não é de um mero conector, uma vez que acarreta um valor mais importante que é o de ser portador da referência temporal da subordinada.

(53) Trabalha para ganhar o pão. (adaptado de Hernanz, 1999: 2271)

Nas orações relativas infinitivas iniciadas pela preposição *para*, a oração não possui traços de temporalidade próprios, ao contrário do que acontece com as orações adverbiais, e também não lhes é possível recuperar a sua referência temporal através do valor lexical do verbo da oração matriz como nas completivas. Este facto faz-nos questionar de que modo a defetividade do infinitivo poderá ser compensada. A inexistência de um elemento candidato que forneça a referência temporal à subordinada vem explicar o valor modal de possibilidade ou necessidade destas orações (leitura de “eventualidade problemática” segundo Hernandez Ramirez (*apud* Hernanz, 1999: 2271/2)). Este valor de modalidade faz com que, ao modo infinitivo, correspondam sempre formas finitas dos verbos no modo conjuntivo (54a) e (54b).

(54a) Precisa de um cachecol para a aquecer.

(54b) Precisa de um cachecol que a aqueça.

Resumindo, a defetividade temporal do infinitivo obriga a que este se associe a ambientes sintáticos que tenham o poder de exercer alguma influência sobre a temporalidade das subordinadas infinitivas ou, na ausência de tal, as orações terão uma leitura de valor modal de necessidade ou de possibilidade (Hernanz, 1999: 2271).

3.7 Sumário

A partir do estudo desenvolvido ao longo deste capítulo foi possível perceber que existem semelhanças e diferenças fundamentais entre os três tipos de orações subordinadas seleccionadas. Destaquem-se os seguintes contrastes:

1) Comportamento dos três tipos de subordinadas relativamente à oração matriz.

a) As orações subordinadas adverbiais não são argumentos do predicado da oração matriz.

b) As orações subordinadas completivas são sempre argumento da oração matriz e são imprescindíveis para o sentido completo da frase e o seu apagamento dá geralmente origem a que a sequência se torne agramatical.

c) As orações subordinadas relativas com antecedente, finitas ou infinitivas, apesar de também serem estruturas não argumentais, contribuem para a identificação da referência da expressão nominal que modificam ou funcionam como apostos ao grupo nominal.

d) As orações subordinadas completivas infinitivas e as orações subordinadas relativas infinitivas e adverbiais finais distinguem-se pelas funções que desempenham na oração matriz. Enquanto as orações completivas infinitivas desempenham sempre uma função sintática na oração matriz, a de OD, as orações adverbiais são adjuntos as SV e as orações relativas são adjuntos ao SN antecedente.

2) Valor que o elemento *para* pode tomar enquanto introdutor de cada uma destas subordinadas.

Este item, cujo valor prototípico será o de preposição em frases simples e que pode tomar valores semânticos distintos, manteve a natureza de preposição enquanto introdutor de orações adverbiais finais e relativas infinitivas; pelo contrário, nas orações completivas, o elemento *para* gramaticalizou-se, tendo o valor de complementador.

3) As orações subordinadas adverbiais finais infinitivas sem *gap* e as orações subordinadas relativas infinitivas são, como se viu atrás, distintas. Quando as relativas infinitivas se encontram em posição de objeto os testes nem sempre são eficientes, o que leva a algumas situações de ambiguidade estrutural. Este facto vem justificar que alguns autores questionem se essas construções serão verdadeiras relativas. No entanto, e conforme Duarte, Santos e Alexandre (2011), as orações relativas infinitivas são adjuntas a SN enquanto as orações infinitivas adverbiais finais com *gap* são adjuntas a SV.

4) Nas orações completivas em PM verificam-se fenómenos de adição das preposições *para* e *de*, os chamados fenómenos de paraqueísmo e dequeísmo a anteceder estas orações, fenómenos estes que parece serem justificados por uma necessidade de os falantes darem conteúdo semântico ao complementador neutro *que*. Deste modo, *de que* e *para que* parecem estar a comportar-se como conetores complexos, com valores semânticos distintos.

5) O requisito da recuperabilidade temporal é um fator comum entre os três tipos de orações infinitivas aqui analisadas; no entanto, é diferente a forma como cada uma delas recupera a referência temporal. A defetividade temporal do infinitivo obriga-o a associar-se a ambientes sintáticos que permitam recuperar um valor temporal. Assim, esta informação é recuperada:

a) nas orações subordinadas completivas infinitivas de *para* a informação temporal é obtida essencialmente através da natureza semântica do verbo da oração matriz;

b) nas orações subordinadas adverbiais finais a informação temporal é dada através da relação semântica que se estabelece entre a frase matriz e a oração subordinada, assim como através dos elementos de subordinação adverbial, em particular da preposição *para*, que tem um valor prospectivo;

c) nas orações subordinadas relativas infinitivas, não existe nenhum elemento que forneça a referência temporal. A ausência de um elemento que lhes forneça essa referência explica o valor modal de possibilidade ou de necessidade destas orações (leitura de “eventualidade problemática”), que justifica as paráfrases com os verbos *poder* ou *dever* e a paráfrase com relativas finitas no conjuntivo.

6) Do ponto de vista das estruturas sintáticas:

a) As orações adverbiais infinitivas finais, sendo integradas, têm a estrutura de adjunção a SV, constituindo um SPrep complexo contendo um SComp sem *que* preenchido; estas orações devido ao seu caráter de adjunção a SV (integradas) ou a F (periféricas) ocorrem normalmente em posição final de frase, mas podem ocorrer em posição inicial de frase ou até entre o sujeito e o predicado;

b) As orações relativas infinitivas são orações adjuntas ao SN seu antecedente e *para* tem o valor de preposição que seleciona SComp;

c) As orações completivas infinitivas são um SComp selecionado por um conjunto de verbos, os verbos diretivos que designam atos de fala, em que *para* é o complementador. São sempre argumento da oração matriz, tendo tipicamente a função de OD.

Conclusões

O principal objetivo desta dissertação foi analisar as propriedades das orações subordinadas infinitivas adverbiais finais, das orações relativas infinitivas e das orações completivas em construções de *para* + *infinitivo* em PE e sintetizar as suas principais semelhanças e diferenças.

Foram as seguintes as questões que foram formuladas para o desenvolvimento deste trabalho:

(i) Que relações existem entre a preposição *para* em orações simples e *para* em orações subordinadas?

(ii) Haverá semelhanças no comportamento sintático dos três tipos de orações subordinadas de *para* + *infinitivo*? Desempenharão as mesmas funções sintáticas relativamente à oração matriz? Tratando-se de casos de subordinação, serão as suas estruturas semelhantes ou diferentes?

(iii) No caso das orações completivas de *para* haverá restrições no tipo de verbos que as selecionam?

(iv) Haverá traços comuns que justificam a escolha do item *para* nos três tipos de orações subordinadas?

Para responder a estas questões foi feito um trabalho suportado essencialmente em gramáticas da Português Europeu, mas também do Português do Brasil e do Espanhol, tendo esta dissertação sido organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, fez-se um estudo sobre preposições com enfoque na preposição *para* em frases simples, aproveitando-se este estudo para se fazer uma comparação com o uso da preposição nas variantes do PM e do PB e também para se tentar perceber o percurso desta preposição. Como nos foi dado a perceber, pode tomar valores bem distintos, desde preposição em frases simples como introdutor de orações subordinadas e até mesmo de complementador.

No segundo capítulo, analisaram-se as orações subordinadas infinitivas em construções de *para* + *infinitivo*, centrando-se o estudo nas orações adverbiais finais infinitivas, nas

orações relativas infinitivas e nas orações completivas infinitivas de *para*, com o intuito de distinguir as suas semelhanças e diferenças e responder às questões que foram inicialmente levantadas.

Por fim, seguiu-se o terceiro capítulo, onde se confrontaram os três tipos de subordinadas infinitivas analisadas. A comparação entre as orações subordinadas estudadas foi feita ao nível das funções que desempenham na oração matriz, dos valores que *para* pode tomar enquanto introdutor de cada uma destas orações, do comportamento dos três tipos de subordinadas relativamente à oração matriz, da estrutura sintática dos três tipos de construções e, por fim, da recuperação da informação temporal devido à defetividade morfológica do Infinitivo.

Assim, após a análise realizada, julga-se poder responder às questões colocadas no início desta dissertação:

(i) Que relações existem entre a preposição *para* em orações simples e *para* em orações subordinadas?

As preposições em frases simples têm como principal função a atribuição de papel temático ao seu complemento ou a atribuição de caso. Cada preposição tem o seu significado unitário primário que se pode desdobrar noutros significados conforme o contexto linguístico.

A preposição *para* pode indicar um movimento, uma situação ou um espaço temporal ou espacial. Uma das origens da preposição *para* foi a preposição *por* (do Latim *pro*) que inicialmente designava causa, em lugar de, em favor de, fim ou intenção e que, de modo a evitar certas ambiguidades, acabou por perder o valor de finalidade e ser substituída pela preposição *para*. À medida que se foi prosseguindo o estudo desta preposição foi-se tornando notório a relação entre o uso em frases simples e o uso como introdutor de orações infinitivas, sendo possível observar as mudanças de valores por que foi passando, ou seja, de simples preposição a um conector capaz de introduzir orações infinitivas e até a complementador em orações completivas, num processo de gramaticalização. Assim, como se pode ver ao longo do trabalho, a preposição *para*, conforme se encontre num estado mais ou menos

gramaticalizado, pode selecionar constituintes nominais, constituintes oracionais infinitivos, pode ter como complemento um pronome demonstrativo que retoma a oração subordinada ou selecionar constituintes oracionais infinitivos como complementador. Recordar-se ainda que *para* em orações simples pode ter vários papéis temáticos que lhe são próprios, como meta/destino, beneficiário, finalidade.

(ii) Haverá semelhanças no comportamento sintático dos três tipos de orações subordinadas de *para + infinitivo* analisadas no âmbito deste trabalho? Desempenharão estas orações as mesmas funções sintáticas relativamente à oração matriz? Tratando-se de casos de subordinação, serão as suas estruturas semelhantes ou diferentes?

Vimos que as orações adverbiais finais desempenham funções acessórias na oração matriz, ocupam a posição de adjunção a SV (quando integradas) ou a F (quando periféricas) e podem ser suprimidas sem que a frase se torne agramatical e normalmente posicionam-se no final da frase, mas podem ser deslocadas.

Das orações relativas infinitivas introduzidas por preposição, foram objeto de estudo nesta dissertação apenas as orações relativas infinitivas introduzidas por *para*. Nestas orações a relação entre a oração e o antecedente é feita através de um operador nulo. Mas, precisamente por não conterem um pronome relativo, as orações relativas infinitivas em posição de complemento são muito semelhantes às orações adverbiais finais com *gap*, havendo mesmo casos de ambiguidade estrutural. Conforme Duarte, Santos e Alexandre (2011) as orações adverbiais finais terão a estrutura de orações adjuntas a SV, em que um SComp é complemento de uma preposição, enquanto as orações relativas infinitivas serão adjuntas a SN.

As orações completivas de *para + infinitivo*, quando selecionadas por verbos, desempenham a função de OD.

(iii) No caso das orações completivas de *para* haverá restrições no tipo de verbos que as selecionam?

As orações completivas infinitivas de *para* + *infinitivo* são aquelas que maior restrição têm quanto aos verbos que as podem selecionar. Só alguns verbos, os verbos diretivos que designam atos de fala como *dizer*, *implorar*, *insistir*, *pedir*, aceitam a forma *para* + *infinitivo*. Conforme foi observado, os verbos que selecionam orações completivas de *para* são verbos que projetam a ação da completiva para um tempo futuro. Nestas orações há ainda alguns traços de modalização que se manifestam nas orações finitas correspondentes pelo uso do conjuntivo.

(iv) Haverá traços comuns que justificam a escolha do item *para* nos três tipos de orações subordinadas?

No início deste trabalho viu-se que as preposições podem ter um conteúdo semântico mais ou menos esvaziado, ficando desse modo mais ou menos dependente do elemento que as selecionam. Por essa razão, podem ocorrer em vários contextos sintáticos uma vez que o seu valor semântico não é restrito ou específico. Viu-se, também, que há preposições que têm um sentido mais transparente, preservando o seu conteúdo semântico e outras, como *para*, que têm um sentido opaco e que podem, em geral, sofrer gramaticalização. Dessa forma, foi possível verificar-se que a preposição *para* pode denotar vários valores, sendo que muitos deles se referem a um destino, a um fim, a uma localização vaga ou a um tempo mais ou menos indefinido. Esta análise permitiu concluir que a preposição *para* tem, na maioria das vezes, um sentido de futuridade e que por vezes transmite um certo caráter de possibilidade.

Assim, apesar de todas as diferenças que nos foi possível constatar ao longo da análise das orações subordinadas que foram selecionadas para este trabalho, também foi possível encontrar um ponto comum entre todas elas e que poderá justificar o porquê do elemento *para* que as introduz. Em todas as orações analisadas *para* tem um caráter prospectivo. Para além deste traço, há também um certo traço de possibilidade e de modalização que de uma forma mais ou menos acentuada se pôde encontrar nestas orações e que é justificado pelo facto de a oração subordinada, quando substituída pela forma finita equivalente, usar o verbo no modo conjuntivo. Um assunto que foi objeto de estudo nesta dissertação e que parece ser importante relembrar foi o fenómeno de paraqueísmo e dequeísmo, que se verifica existir nas

variantes do PM e do PE, apesar de nesta última variante se encontrar com menor incidência. Este fenómeno é caracterizado pelo uso das preposições *para* e *de* a antecederem as orações completivas finitas iniciadas por *que*. As preposições não perdem o seu estatuto de preposição e são integradas no complementador. Este fenómeno pode ser justificado pelo facto de os falantes se aperceberem de ambiguidades quanto aos itens lexicais que podem ocupar a posição de núcleo de SComp, assim como quanto à estrutura sintática que lhes corresponde. Uma vez que em PE é possível ter preposições ou advérbios a seleccionar SComp, este pode ser interpretado como complemento dessas preposições ou advérbios, o que pode levar ao surgimento de complementadores complexos onde aqueles elementos foram reanalisados e integrados. Segundo Gonçalves (2010), este uso das preposições parece destinar-se a dar conteúdo semântico ao complementador neutro *que*.

Interessante é perceber que, também aqui, o traço de futuridade e de modalidade está presente na escolha de uma ou de outra preposição, verificando-se uma utilização mais frequente da preposição *de* quando há um traço de assertividade, com os verbos no indicativo, e da preposição *para* quando há um valor modal, prospetivo com os verbos no conjuntivo.

Com a elaboração deste trabalho, julgo ter contribuído, de alguma forma, para um esclarecimento sobre as principais semelhanças e diferenças entre os três tipos de orações seleccionadas, assim como para clarificar o papel de *para* em todas essas construções. Deste modo, as principais diferenças encontradas situam-se ao nível da estrutura sintática, das funções que desempenham relativamente à oração matriz, da movimentação ou supressão da oração subordinada e das características gramaticais de *para*. Mas, não menos importante que as diferenças encontradas, serão as semelhanças existentes entre as construções analisadas. Em todas elas foi possível perceber-se o seu carácter prospetivo e, também de certo modo, de alguma incerteza ou modalização, sendo *para* o elemento agente destas características.

Conforme se ia desenvolvendo o estudo, fui-me apercebendo do universo que são as preposições e das possibilidades que estas transportam, não só nestas construções, mas em

todas as que não couberam no âmbito do trabalho e que seria muito interessante continuar a estudar.

Referências bibliográficas

- Barbosa, P; Raposo, P. 2013. Subordinação Argumental Infinitiva. In: E. B. P. Raposo; M. F. B. Nascimento; M. A. M. Coelho; L. Segura; A. Mendes (Orgs.). *Gramática do Português, Vol II*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1901-1977.
- Bechara, E. 1999. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- Brito, A. M. 1991. *A Sintaxe das Orações Relativas em Português. Estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Brito, A. M. 2003a. O Sintagma Preposicional. In: M. H. M. Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 3915-403.
- Brito, A. M. 2003b. Subordinação Adverbial. In: M. H. M. Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 698-721.
- Brito, A. M.; Duarte, I. 2003. Orações relativas e construções aparentadas. In: M. H. M. Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 653-694.
- Brito, A. M.; Raposo, P. 2013. Complementos, Modificadores e Adjuntos no Sintagma Nominal. In: E. B. P. Raposo; M. F. B. Nascimento; M. A. M. Coelho; L. Segura; A. Mendes (Orgs.). *Gramática do Português, Vol I*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1045-1113.
- Campbell, L.; Janda, R. 2000. *Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems*. New Zeland / Columbus: Elsevier Science Ltda.
- Cunha C.; Cintra, L. 2005. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa. 551-573.
- Duarte, I. 2003. Subordinação completiva – as orações completivas. In: M. H. M. Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 593-651.
- Duarte, I.; Santos, A. L.; Alexandre, N. 2011. Quão relativas são as relativas finais. In: *Textos Seleccionados. XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, APL., 242-255. Disponível na internet em http://www.apl.org.pt/docs/26-textos-seleccionados/Duarte_Santos_Alexandre.pdf

Dubinsky, S., Williams, K. 1995. Recategorization of Prepositions as Complementizers: The Case of Temporal Prepositions in English. In: *Linguistic Inquiry* 26.1; 125-137.

Fagundes, E. 1997. *Ocorrências de Objeto Direto e Indireto nas três capitais do Sul do Brasil: Clíticos, Pronomes Lexicais e Ausência de Preenchimento*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Disponível na internet em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24370/?sequence=1>

Fernandes, F. 1986. *As preposições direcionais de, por, para*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Gomes, C. A. 2004. Aquisição linguística em contexto de input variável: a emergência das variantes de dativo. In: *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, Vol. 12, 1: 175-190.

Gonçalves, P. 2010. *Génese do Português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Gorsky, E. 2000. Combinação de Orações: Gramaticalização de Fenômenos Co-ocorrentes. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: Letras de Hoje. Vol. 35, 3: 19-34. Disponível na internet em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fale/article/view/14782/9849>

Hernanz, M. L. 1999. El Infinitivo. In: I. Bosque; V. Demonte (Orgs.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Vol. 2. Madrid: Editorial Espasa Calpe, S., 2197-2356.

Kleppa, Lou-Ann. 2005. *Preposições ligadas a verbos na fala de uma criança em processo de aquisição de linguagem ou “Vamo de a pé no carro do vovô?”*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Disponível na internet em: <http://libdigi.unicamp.br>

Lobo, M. 2003. *Aspectos da sintaxe das orações subordinadas adverbiais do Português*. Dissertação de Doutorado em Linguística/Sintaxe. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Disponível na internet em <http://clunl.edu.pt/en/?id=1342&mid=203>

Lobo, M. 2013. Subordinação Adverbial. In: E. B. P. Raposo; M. F. B. Nascimento; M. A. M. Coelho; L. Segura; A. Mendes (Orgs.). *Gramática do Português, Vol II*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981-2057.

Lopes, A. C. M. 2011. Contributos para a caracterização das finais de enunciação no Português Europeu contemporâneo. In: *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. Porto: Invulgar - Artes Gráficas. Vol. 6, 1: 125-148.

Magro, C. 2005. Introdutores de orações infinitivas: o que diz a sintaxe aos clíticos. In: I. Duarte; I. Leiria (eds.) *Actas do XX Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL.

Martins, A. M. 2001. On the Origin of the Portuguese Inflected Infinitive: A New Perspective on an Enduring Debate. *Historical Linguistics 1999: Selected Papers from the 14th Conference on Historical Linguistics*. (Ed.) Laurel J. Brinton. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins: 207-222.

Martins, A. M. 2013. On the Origin In: E. B. P. Raposo; M. F. B. Nascimento; M. A. M. Coelho; L. Segura; A. Mendes (Orgs.). *Gramática do Português, Vol II*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2231-2301.

Mattos e Silva, R. V. 1989. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Mattoso Câmara Jr. 1972. *Ele como um acusativo no português do Brasil*. In: Uchôa, Carlos Eduardo Falcão (ed.). *Dispersos de J. Mattoso, Câmara Jr*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 47-53.

Móia, T. 1996. A sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso do Português. In: *Quatro estudos em sintaxe do Português*. Lisboa: Edições Colibri, 149-198.

Mollica, M. C. 1996. A regência variável do verbo IR de movimento. In: Giselle M.de Oliveira Silva; Maria Marta P. Schere (Orgs.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenómenos variáveis do Português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 85-119.

Oliveira, D. 2010. Aspectos Morfossintáticos das Preposições Portuguesas à Luz do Funcionalismo. In: *Revista Icarahy*. Niteroi: Universidade Federal Fluminense. Disponível na internet em

http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/2/dlingua/Daniele_Felizola_de_Oliveira.pdf

Oliveira, F. 2003. Modalidade e Modo. In: M. H. M. Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Oliveira, I. 2015. A nominalização do infinitivo em duas sincronias do Português. In: Conceição Carapinha; Isabel A. Santos (Orgs.). *Estudos de Linguística vol. II*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 59-76. Disponível na internet em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/32248/Estudos%20de%20LinguisticaII_artigo4.pdf?ln=pt-pt

Oliveira, M. 2003. *A perda da preposição a e a recategorização de lhe*. Apresentado no GEL de 2003. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível na internet em <http://www.fflch.usp.br/dlciv/lport/pdf/maril008.pdf>

Peres, J. A.; Mória, T. 1995. *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Pinto, R. I. 2013. *Estratégias de Revisão Linguística num Contexto Editorial. Relatório de Estágio Desenvolvido nas Edições IADE*. Relatório de Estágio de Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Disponível na internet em <http://run.unl.pt/bitstream/10362/10269/1/DissertacaoMestrado%20IVdoc.pdf>

Pires, A. 2002. Cue-Based Change: Inflection and Subjects in the History Of Portuguese Infinitives. *Syntactic effects of Morphological Change*. Eds. Davis, W. Lightfoot. Oxford University Press. 143-159.

Pottier, B. 1962. *Sistématique des éléments de relation, étude de morphosyntaxe structurale romane*. Liv. Klincksieck, Paris.

Ramirez, S. F. 1951. *Gramática Española 4. El verbo y la oración*. Volumen ordenado y completado por I. Bosque. Madrid: Arco/libros, 1986.

Ramirez, S. F. 1959. *Oraciones Interrogativas Españolas*. BRAE XXXIX: 243-276.

Raposo, P. 1987. Case Theory and Infl-to-Comp: The Inflected Infinitive in European Portuguese. In: *Linguistic Inquiry*. Cambridge, MA and London: The MIT Press, Vol.18, 1: 85-109.

Raposo, P.; Xavier, M. 2013. Preposição e Sintagma Preposicional. In: : E. B. P. Raposo; M. F. B. Nascimento; M. A. M. Coelho; L. Segura; A. Mendes (Orgs.). *Gramática do Português, Vol II*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1497-1566.

Ross, J. 1967. *Constraints on variables in syntax*. Tese de Doutorado em Filosofia. Massachusetts Institute of Technology. Disponível na internet em <http://babel.ucsc.edu/~hank/ross67.pdf>

Said Ali. 1971. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Edição Melhoramentos.

Santos, L.E. 2007. *A realização do objeto indireto anafórico: uma questão de aprendizagem?*. Dissertação de Mestrado em Linguística. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível na internet em file:///C:/Users/Amigo/Downloads/DISSERTACAO_LUIS_EDUARDO_SANTOS.pdf

Sartin, E. B. 2008. *Gramaticalização de combinação de orações: Estruturas PARA + infinitivo no Português*. Dissertação de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa. São Paulo: Universidade de S. Paulo. Disponível na internet em https://www.google.pt/search?hl=en&q=Gramaticaliza%C3%A7%C3%A3o+de+combina%C3%A7%C3%A3o+de+ora%C3%A7%C3%B5es:+estruturas+pdf&gws_rd=cr,ssl&ei=wM4qVfvTOau7ygPj8IGQCQ

Silva, S. 2005. *Enunciação e Sintaxe uma abordagem das preposições do Português*. Dissertação de Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível na internet em www.ufrgs.br/ppgletras/defesas/2005/silvanasilva.pdf

Veloso, R. 2013. Subordinação Relativa. In: E. B. P. Raposo; M. F. B. Nascimento; M. A. M. Coelho; L. Segura; A. Mendes (Orgs.). *Gramática do Português, Vol II*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2061-2134.

Vieira, M. J. 2009. Variação das preposições em verbos de movimento. In: *SIGNUM: Est. Ling.* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Vol 12, 1: 423-445. Disponível na internet em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/4203/4468>

Wireback, K. J. 1994. The Origin of the Portuguese Inflected Infinitive. *Hispania*.
Vol 77, 3: 544-552.